

PONTIFÍCIA UNIVERDIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE
TECNOLOGIAS

GISELLE GUIMARÃES PROTTI

**O MERCADO MUNICIPAL DE CAMPINAS:
QUESTÕES SOBRE REVITALIZAÇÃO DOS
CENTROS HISTÓRICOS**

CAMPINAS

2010

GISELLE GUIMARÃES PROTTI

**O MERCADO MUNICIPAL DE CAMPINAS:
QUESTÕES SOBRE REVITALIZAÇÃO DOS
CENTROS HISTÓRICOS**

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do Título de Mestre em Urbanismo, ao Programa de Pós-Graduação no Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Denio Munia Benfatti

PUC-CAMPINAS

2010

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t720.98161 Protti, Giselle Guimarães.
P967m O Mercado Municipal de Campinas: questões sobre revitalização dos centros históricos / Giselle Guimarães Protti. – Campinas: PUC-Campinas, 2010.
107p.

Orientador: Denio Munia Benfatti.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
Inclui bibliografia.

1. Arquitetura – Campinas (SP). 2. Edifícios históricos – Conservação e restauração. 3. Renovação urbana. 4. Política urbana. 5. Patrimônio histórico. I. Benfatti, Denio Munia. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

22.ed. CDD – t720.98161

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias
Programa de Pós-Graduação

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador: Prof. Dr. _____

1° Examinador: Prof. Dr. _____

2° Examinador: Prof. Dr. _____

Campinas, 26 de Fevereiro de 2010.

Ao meu pai,
Clovis V. Protti (*In Memoriam*),
pelo interesse compartilhado sobre a história das cidades,
com carinho e admiração.

AGRADECIMENTOS

Aos Professores e Funcionários da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Que contribuíram, direta ou indiretamente, seja através das lições em sala de aula, seja através de conversas informais, nas quais pude adquirir conhecimento, indicações bibliográficas, parcerias importantes, auxílio na confecção de mapas e em consultas de documentos. Em especial, gostaria de agradecer dois professores:

Ao Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Júnior, Que desde a graduação, sempre foi um incentivador aos estudos urbanos e, em especial nesta fase da minha vida, me ajudou em decisões profissionais importantes com sábios conselhos desde o início até o término desta pesquisa. Me deu coragem para seguir adiante nos momentos difíceis durante a pesquisa, me motivando a seguir a carreira acadêmica com grande interesse e determinação.

Ao Prof. Dr. Denio Munia Benfatti, Que me orientou durante essa pesquisa, contribuindo com todo o seu conhecimento sobre urbanismo e sua grande dedicação e paciência durante intermináveis e pertinentes correções na dissertação, me ajudando a enriquecer esse trabalho e tornando-o possível.

À Professora Ana Góes Monteiro, Pela presença na Banca de Qualificação, contribuindo para a pesquisa com seus conselhos, indicações bibliográficas e toda a sua atenção.

À minha família, Que além do grande incentivo ao meu aperfeiçoamento intelectual e profissional, sempre estiveram por perto, ajudando e compreendendo a minha ausência durante a fase final desse trabalho.

Ao meu marido, Rogério, que sempre me apoiou incondicionalmente em minhas escolhas profissionais, me aconselhou e também contribuiu com seu conhecimento e interesse pelo estudo sobre patrimônios históricos e com seu companheirismo e paciência, mesmo nos momentos mais difíceis.

À CAPES, Que concedeu a bolsa de estudo, acreditando no valor dessa pesquisa e auxiliando a torná-la possível.

RESUMO

PROTTI, Giselle Guimarães. *O Mercado Municipal de Campinas: Questões sobre Revitalização dos Centros Históricos*. 2010. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Campinas, 2010.

A presente pesquisa tem como objetivo investigar o que promove a vitalidade de um centro urbano histórico, desenvolvendo estudos sobre o Mercado Municipal de Campinas e a política de preservação e conservação dos patrimônios históricos, arquitetônicos, urbanísticos e culturais no Brasil. Apesar de o edifício ter sido tombado pelos órgãos preservacionistas: *Condephaat* (estadual, em 1983) e *Condepacc* (municipal, em 1995), o Mercado também detém ao longo dos anos a sua vitalidade através da simples continuidade funcional que se mantém no edifício desde a sua inauguração, em 1908, função essa relacionada ao trabalho e ao cotidiano das pessoas: o comércio de alimentos e outros artigos. Tanto o Mercado quanto sua área envoltória mantêm forte a sua vitalidade urbana, devido à região concentrar a vocação comercial e de serviços, que permitem grande movimento no local. Isso garante a conservação da identidade cultural para a sociedade local que vive no mundo contemporâneo. Por esse motivo, o edifício é não apenas espaço de comércio e patrimônio, mas muito além disso, funciona como espaço de sociabilidade e memória para a cidade de Campinas. Ele é hoje centro urbano, centro histórico, centro comercial, centro de passeio, centro de encontro, centro de convivência, centro de troca e é centro de vitalidade para a cidade. Assim, essa dissertação envolve patrimônio histórico, espaços públicos e gestão pública urbana, conceitos estes que estão presentes na vida do Mercado Municipal de Campinas.

Termos de indexação: Mercado Municipal de Campinas. Cidade de Campinas, SP. Patrimônio Histórico. Gestão Patrimonial. Espaços Livres Públicos Urbanos. Requalificação de Centros Históricos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. O MERCADO MUNICIPAL DE CAMPINAS: HISTÓRIA DOS MERCADOS NA CIDADE, IMPORTÂNCIA DO EDIFÍCIO E AS POLÍTICAS PATRIMONIAIS EM CAMPINAS	13
2.1 - Antes do Mercado Municipal de Campinas.....	14
2.2 - História e Arquitetura do Edifício	16
2.3 - Proteção do Edifício	20
3. O DESENVOLVIMENTO URBANO DO CENTRO DE CAMPINAS E AS TRANSFORMAÇÕES NO ENTORNO DO MERCADO	26
3.1 - As Modificações de Prestes Maia em Campinas	30
3.2 - O “Progresso” Continua em Campinas	34
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO	38
5. AS INICIATIVAS DE GESTÃO PATRIMONIAL NO BRASIL	55
6. O MONUMENTO HISTÓRICO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA	66
7. PROJETOS URBANOS PARA A ÁREA DO MERCADO MUNICIPAL DE CAMPINAS E OUTROS PROJETOS	82
7.1 – O Projeto do Complexo Ver-o-Peso	89
7.2 – O Mercado Municipal de São Paulo	93
7.3 - Relação Entorno-Mercado em Campinas	95
8. CONCLUSÃO	99
9. BIBLIOGRAFIA	103

1. Introdução.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa sobre o Mercado Municipal de Campinas, na qual se desenvolvem estudos nos seguintes campos: a preservação e a conservação dos patrimônios históricos arquitetônicos e urbanos, a gestão patrimonial, a cidade de Campinas e o seu Mercado. O objetivo dessa pesquisa é entender o que promove a vitalidade de um centro urbano histórico.

Existem alguns projetos que visam a requalificação de uma área de potencial turístico-cultural, porém que se encontra degradada. A conservação de áreas históricas também é possível através da simples continuidade funcional do patrimônio, que faz com que o edifício e a área mantenham seus usos originais e não precisem ser inseridos em projetos de reabilitação ou recapacitação de suas funções para sua recolocação na cidade contemporânea.

É o caso da área do Mercado Municipal de Campinas, que é hoje centro urbano, centro histórico, centro comercial, centro de passeio, centro de encontro, centro de convivência, centro de troca e é centro de vitalidade para a cidade.

O Mercado Municipal de Campinas exprime a “alma” da cidade em que se localiza. É muito interessante perceber que, apesar de todos os avanços urbanos na área - lembrando que quando foi construído o edifício (1908) o local era um terreno pantanoso e fora da zona urbana - o edifício estabeleceu sua importância desde sua inauguração e assim ficou até os dias atuais, pois hoje ainda existe vitalidade na região, apesar da área ter passado por um processo de popularização desde a década de 1950, como ocorreu na maioria das metrópoles brasileiras. Essa vitalidade é mantida pela forte vocação comercial da área central.

Em Campinas, a tradição de se comercializar alimentos em um edifício próprio para essa função é muito mais antiga do que a construção do atual mercado. Registros bibliográficos e iconográficos mostram a existência do primeiro grande mercado no período de 1860 a 1896 posteriormente o edifício haveria se transformado em desinfetório e em 1918, é construído em seu lugar, uma escola (atual Escola Carlos Gomes). Interessante ver que na época em que a construção serviu ao comércio, ela ficava às margens de um córrego e fora do perímetro da primeira zona urbana.

Posteriormente a isso, temos registro do “Mercadinho”, inaugurado em 1872 e que se estabeleceu durando até 1885, funcionando simultaneamente ao anterior. Porém, este já estava inserido na primeira zona urbana, bem ao lado do

edifício da Cadeia. Podemos perceber que não existia ainda uma regulamentação com relação à proibição de mercados na área central e muito menos uma preocupação com exigências sanitárias em suas instalações, pois em relação a isso, existem relatos que dizem que o “Mercadinho” era muito sujo e foi demolido por esse motivo.

Em substituição a ele, surge o Mercado das Hortaliças em 1886 já com objetivos sanitários, e talvez por isso, foi colocado novamente, na segunda zona urbana, bem próximo do Mercado Grande. Ele não funcionou por muito tempo, pois a prefeitura solicitou um mercado maior no começo do séc. XX, proporcional à economia da cidade e sua população, que só cresciam desde a devastação das epidemias de febre amarela no séc. XIX.

Foi com essas justificativas, aliadas ao pensamento sanitário que se instaurou no séc. XX, que escolheram um terreno pantanoso, também na segunda zona urbana, fora do centro, para a construção do novo mercado, inaugurado em 1908, com uma arquitetura eclética em estilo mourisco, assinado pelo arquiteto das famílias de cafeicultores da região: Ramos de Azevedo.

A partir desta data, a região vivenciou várias transformações, a começar pela chegada do novo edifício que na década de 1980 se tornou patrimônio histórico da cidade. Junto com ele, veio a Estação de Trem Carlos Botelho e o ramal estendido da Funilense, em 1908. Aos poucos a área foi deixando de ser rural, para ser um centro que recebia as pessoas que vinham das fazendas para utilizar o comércio, ou mesmo ir à Igreja ou passear. A região viu, na década de 1960, o fim do transporte sobre trilhos e a exploração da política rodoviária, após a implantação do Plano de Melhoramentos do arquiteto Prestes Maia, na década de 1930. Nas décadas de 1970 e 1980, a cidade ganhou os terminais de ônibus circular e a região se popularizou, ganhando a presença do comércio informal, moradores de rua, e queda na frequência da elite campineira que habitou e frequentou a região até a década de 1940.

Apesar de tudo, o Mercado continua mercado. Ele não morreu, não se alterou e continuou a manter sua funcionalidade original de comércio de alimentos e outros artigos. É por esses motivos que sua vitalidade se tornou interessante para os estudos sobre requalificação em espaços livres públicos urbanos e sobre preservação e conservação de patrimônios históricos e arquitetônicos nas cidades contemporâneas.

Com relação a isso, foi importante fazer aqui um estudo sobre a gestão patrimonial brasileira, já que o edifício do Mercado é hoje um bem tombado pelo Condephaat (o *Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Artístico do Estado de São Paulo*) desde 1983 e pelo Condepacc (o *Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas*), desde 1995. Para isso, as instituições de preservação no Brasil, nos três níveis - federal, estadual e municipal - foram consultadas (através de livros e sites), junto a uma farta bibliografia de autores que colocaram a sua opinião sobre o tema.

Não menos importante que isso, foram os Encontros (Congressos) que geraram as *Cartas Patrimoniais*, as quais serviram de base para a regulamentação existente hoje no Brasil e no mundo sobre preservação. Para essa pesquisa foi importante, principalmente, os documentos que tratam não apenas de um patrimônio edificado, mas também da preservação de um conjunto arquitetônico, um sítio histórico, um centro urbano. Assim, foi feita uma seleção entre as diversas *Cartas Patrimoniais*, para escolher aquelas que acrescentaram um sentido a mais para a questão da conservação em centros históricos.

Para finalizar, após apresentar a fundamentação teórica sobre preservação, foi importante trazer à luz alguns conceitos que estão presente no estudo de caso do Mercado Municipal. Isso aparece no capítulo *O Monumento Histórico na Cidade Contemporânea* como forma de mostrar ao leitor as várias formas que o termo “Monumento” pode aparecer e significar nos dias atuais. Os autores franceses *Françoise Choay* e *Pierre Jeudy* debatem o assunto de forma categórica, cada um com sua visão sobre o assunto.

No capítulo final, será retomada a situação atual do Mercado Municipal, com os projetos urbanos que a Prefeitura Municipal de Campinas desenvolveu nos últimos anos e para analisá-los, juntamente com a situação atual da região de estudo, selecionei outros projetos, já executados, em mercados de outras regiões: a requalificação do Complexo Ver-o-Peso, em Belém do Pará, realizada em 1999; e a remodelação do Mercado Municipal de São Paulo, finalizada em 2004; de forma a servirem de exemplo e comparação de intervenções em lugares com a mesma origem.

Assim, essa dissertação é fruto de um grande estudo que envolve patrimônio histórico, espaços públicos e gestão pública urbana, conceitos estes que estão presentes no Mercado Municipal de Campinas.

Ao reunir todos esses temas em uma pesquisa, pude perceber nela, um trabalho rico de significados, que poderá complementar a bibliografia e auxiliar futuros estudos sobre urbanismo e preservação patrimonial.

2. O Mercado Municipal de Campinas:

**História dos mercados na cidade, Importância do edifício e as
Políticas Patrimoniais em Campinas**

Antes do Mercado Municipal de Campinas:

O primeiro mercado de caráter público, construído para este fim, ficou conhecido como Mercado Grande e começou a funcionar em 1860. Este mercado funcionou até 1896 e, a partir de sua desativação, foi transformado em desinfectório, sendo finalmente demolido em 1918 para a construção da Escola Normal (atual Escola Carlos Gomes).¹

No ano de 1872, pela necessidade de ordenar e melhorar o suprimento de alimentos frescos na cidade foi inaugurado um segundo mercado chamado de Mercado das Hortaliças, conhecido como “Mercadinho” e localizado no Largo da Cadeia, dentro da zona central, delimitada no começo do século XX pelo zoneamento, que limitava determinados tipos de usos não permitidos devido às políticas sanitaristas. A vizinhança desse novo mercadinho parecia concentrar problemas, já que ali escravos circulavam, freqüentando botequins, cortiços, quitandas, que eram conhecidos como “Tanguás”². O grande receio dos órgãos públicos e da elite campineira era que ali se organizassem revoluções abolicionistas, além de prostituição e outras atividades ilícitas. “O mercadinho funcionava havia mais de dez anos quando surgiu um movimento para substituí-lo por um novo.”³ Primeiro o antigo foi demolido para depois se construir um novo. Isso provocou a dispersão dos comerciantes que saíram do prédio demolido e foram para os *Tanguás* comercializar.

O Novo Mercado das Hortaliças foi inaugurado em 24 de Dezembro de 1886, 14 meses depois de o mercadinho velho ter sido demolido, e já se encontrava fora da zona central, respeitando a regulamentação sanitarista da época. O crescimento da população urbana foi acelerado a partir de 1888 (com a liberação dos escravos), fazendo com que a cidade se defrontasse com questões básicas de saneamento,⁴ seguido, em 1889, de surtos de Febre Amarela que abalaram a cidade.

¹ LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: Os Cantos e os Antos: Campinas 1850-1900*, São Paulo, 1996, pág. 276.

² Termo encontrado na bibliografia de Valter Martins. (Vide bibliografia no fim).

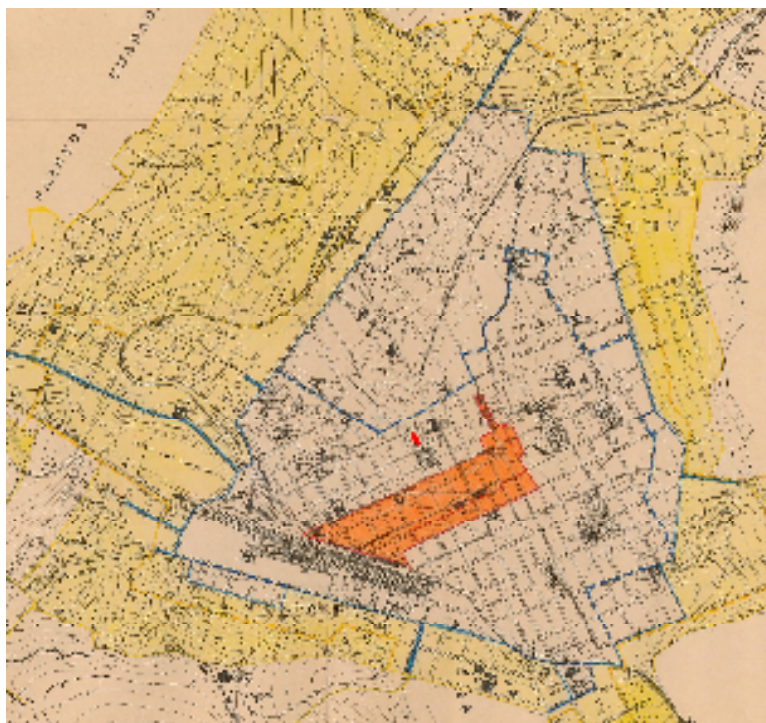
³ MARTINS, Valter. *Tanguás: Simulacros da Liberdade nos Últimos Anos da Escravidão em Campinas*, Artigo apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História, ANPUH, 2007, pág.02.

⁴ BADARÓ, Ricardo. *Campinas, O Despontar da Modernidade*. Campinas, Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996 – pág. 30.

O Mercado das Hortaliças funcionou por 22 anos e foi desativado em 1908, com a inauguração do novo Mercado Municipal de Campinas. Porém, a edificação permaneceu por quase 50 anos sendo usada de abrigo por andorinhas desde que perdeu sua função de comércio até o ano de 1957, quando foi demolido. Por esse motivo, a Praça da Liberdade, onde estava inserido, passou a se chamar Praça das Andorinhas, nome que leva até os dias atuais.

História e Arquitetura do Edifício:

O Mercado Municipal é um dos edifícios históricos mais importantes da cidade de Campinas, inaugurado em 12 de Abril de 1908 durante a gestão do prefeito Orosimbo Maia. Na época, a administração pública determinou o local onde seria construído o edifício: um terreno pantanoso, fora do perímetro urbano da cidade, devido às preocupações que dominavam as escolhas urbanísticas daquele momento, em que Campinas, após passar por surtos de febre amarela (1888-1897), teve parte de sua população urbana dizimada, caindo de 20 mil para cinco mil habitantes.⁵ Com o esvaziamento da população houve, conseqüentemente, o esvaziamento econômico da cidade e da região.



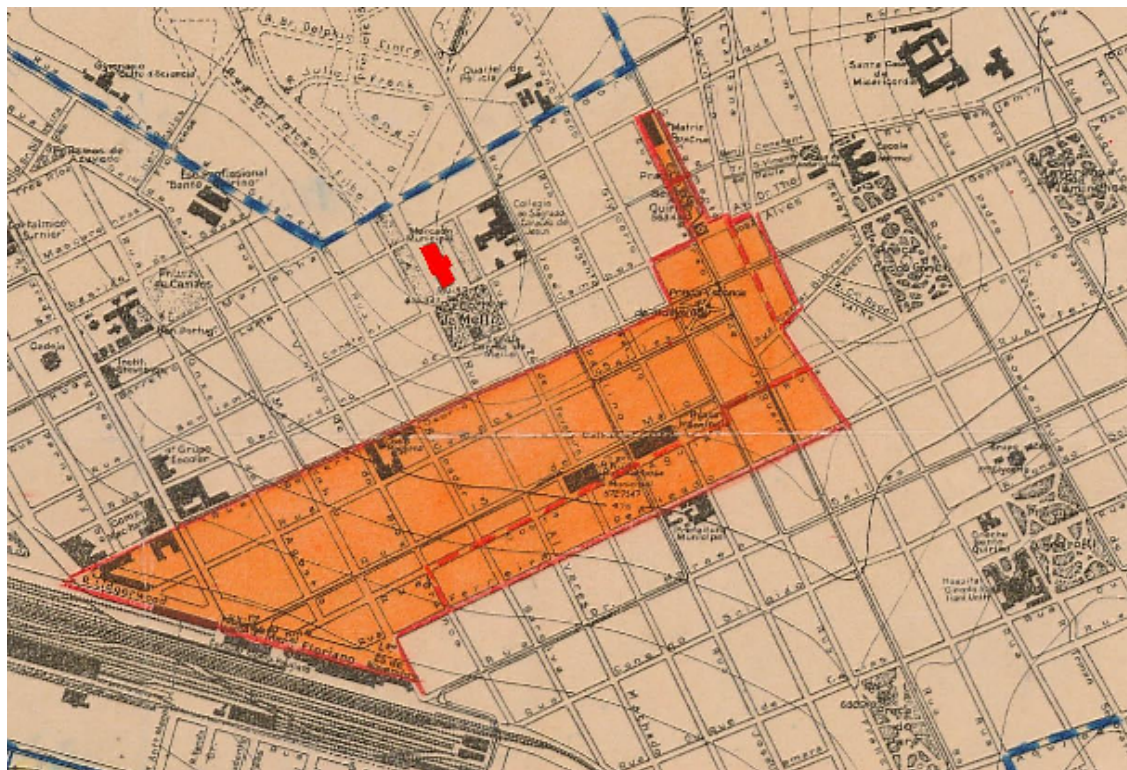
Mapa de Campinas em 1929.

Em vermelho: a localização do Mercado Municipal de Campinas; mancha laranja: a zona central; a linha azul: segunda zona; e as mancha amarelas: terceira zona.

Fonte original: Centro de Documentação do CEATEC – Puc-Campinas.

Alterado por: Giselle G. Protti.

⁵ BADARÓ, Ricardo. Campinas, *O Despontar da Modernidade*. Campinas, Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996 – pág. 30.



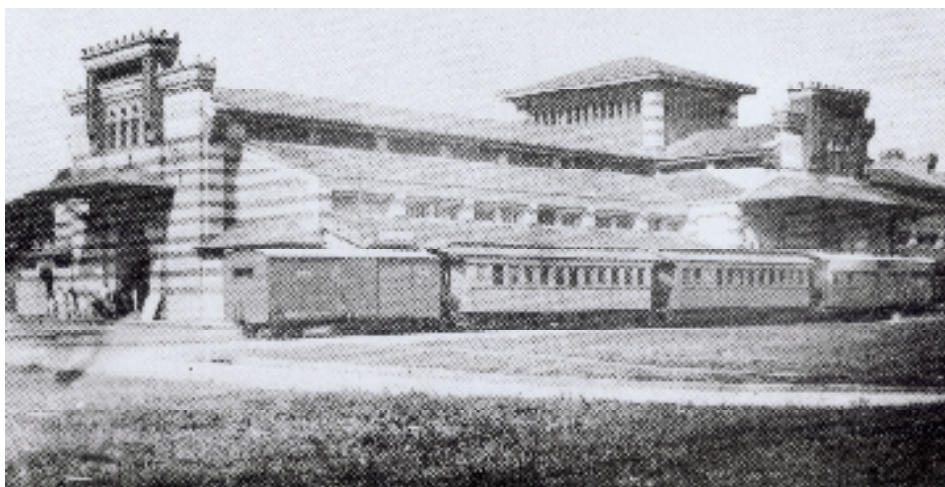
Detalhe do mapa de Campinas em 1929.

Em vermelho: a localização do Mercado Municipal de Campinas; mancha laranja: a zona central; a linha azul: segunda zona, onde se localiza o edifício do Mercado e a maioria de colégios e hospitais, devido às recomendações higienistas da época.

O novo Mercado Municipal surge, portanto, como exemplo de construção em uma cidade higiênica, com iniciativa de ter novamente a densidade populacional e a situação econômica anteriormente instalada à crise, por isso a imponência do edifício e a localização em local apropriado para receber os tratamentos mais avançados da época, para gerar uma área totalmente urbanizada e higienizada. O urbanismo sanitalista do final do século XIX e início do século XX possibilitou, através de várias obras de aterro, drenagem e canalização de córregos, a criação de novas áreas para ampliação de espaços para praças, equipamentos públicos e alargamento de ruas e avenidas.

Poucos anos antes da construção do Mercado, foi feita a sua aprovação na Câmara; sendo aprovada também a construção da Estação Carlos Botelho. A Estrada de Ferro Funilense, inaugurada em 18 de Setembro de 1899, abrangia um percurso de 45 km com trens partindo a cada duas horas. Seu ponto inicial na cidade de Campinas era a Estação Guanabara, mas após a construção do Mercado e, junto a ele, a construção da Estação Carlos Botelho, a linha de trem

prolongou o ramal até a Praça Correa de Mello, em frente ao Mercado (MONTEIRO, 2000).

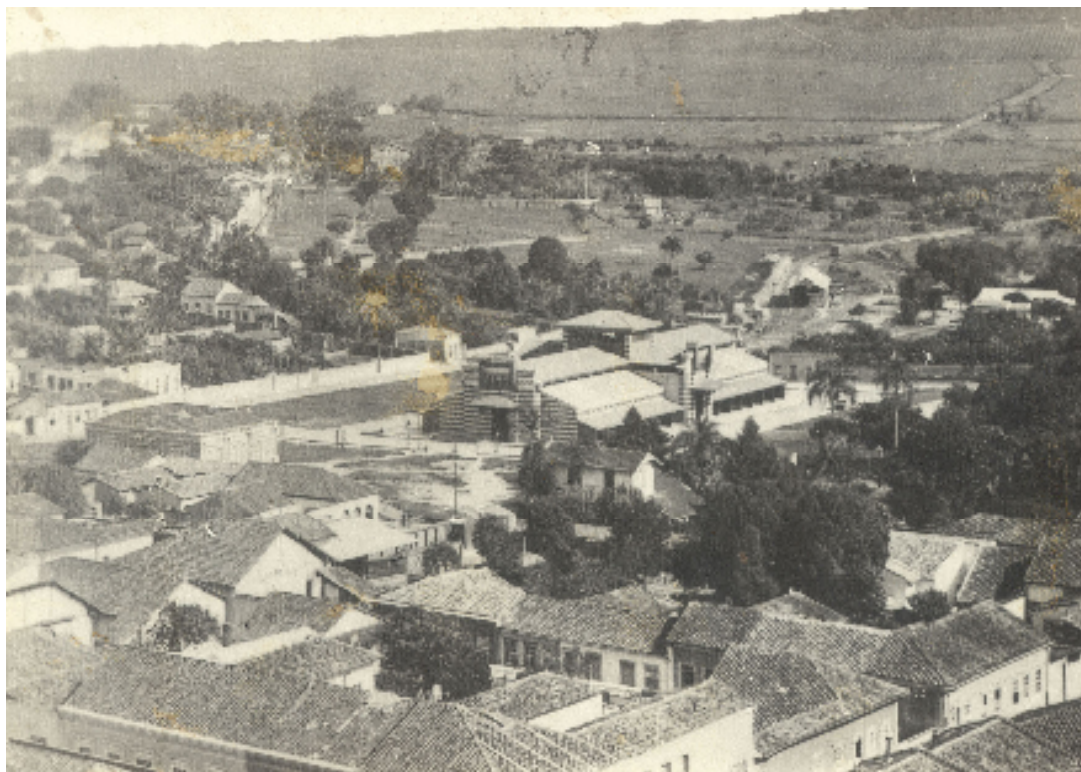


Mercado e Estação Carlos Botelho, em 1924.
Fonte: Centro de Memória da Unicamp.

A inauguração do novo Mercado Municipal e a desativação do Mercado das Hortaliças, no atual Largo das Andorinhas, ocorreu em 1908 devido a um contrato estabelecido entre o empresário Luiz Nogueira e a Câmara Municipal, sob a alegação de que o antigo mercado estava ineficiente diante do porte da cidade, segundo jornais da época.



Mercado Municipal de Campinas (com a configuração do telhado original: sem a platibanda e com telhas cerâmicas) e a plataforma da Estação Carlos Botelho, em 1910.
Fonte: Centro de Memória da Unicamp.



Mercado e seu entorno (dos lados, casas térreas, ao fundo, área rural e a Estrada de Ferro Funilense e a frente, a Escola Correa de Mello), em 1914.
Fonte: Centro de Memória da Unicamp.

O entorno do Mercado, a partir da década de 50, começou a apresentar as primeiras degradações urbanas e ambientais, devido ao histórico de transformações⁶, que fez iniciar lentamente um processo de popularização da área, processo que se acentuou após 1980 com a instalação do Terminal de Ônibus urbano em frente ao edifício, trazendo para o local o comércio informal, o pesado trânsito de ônibus na área central e, com ele, a população periférica da cidade, que dependia do transporte público e passou a ter seu acesso facilitado a região do Mercado. Essas transformações significaram uma ambivalência de valores para a área, pois aumentou a degradação do espaço urbano e ambiental, proporcionando sujeira nas ruas, poluição do ar e visual; mas, ao mesmo tempo, promoveu a sociabilidade no local, ao permitir que a população que habitava a periferia tivesse melhor acesso a área e passasse a usufruí-la, seja para o lazer, seja para o comércio. Porém, não se pode atribuir apenas aos terminais de ônibus a melhoria na sociabilidade do local; outras influências permitiram que os centros históricos: a especulação imobiliária, por exemplo.

⁶ Falaremos mais detalhadamente no capítulo: “*O Desenvolvimento Urbano do Centro de Campinas e as Transformações no Entorno do Mercado*” sobre essas transformações ocorridas ao longo da história.



Vista 180° do Mercado Municipal de Campinas.
Foto: Giselle G. Protti - Julho de 2009.

Proteção do edifício:

Em estilo mourisco, é um exemplar da arquitetura eclética projetada pelo arquiteto paulista Ramos de Azevedo, que também foi autor de residências para as principais famílias ligadas a produção e comercialização de café, bem como dos principais edifícios de uso público da época como, por exemplo, o Mercado Municipal e o edifício da nova cadeia na Avenida Andrade Neves. Ele propôs uma volumetria com telhados que se sobrepõem, criando assim um pé direito mais alto na porção central do edifício em relação aos volumes laterais, numa composição arquitetônica que permite a iluminação e a ventilação natural em todos os volumes.



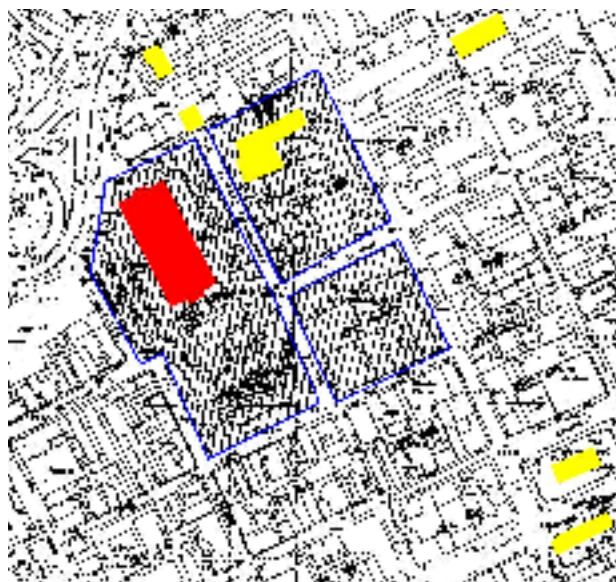
Fotografias dos detalhes mouriscos do edifício
Foto: tirada por Giselle G. Protti em Julho de 2009.

Em Janeiro de 1983, o edifício foi tombado pelo **Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico do Estado de São**

Paulo (Condephaat) e, através da Resolução Municipal n.21 de Outubro de 1995, pelo **Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (Condepacc)**, com a justificativa de ser um raro exemplar de arquitetura eclética. Nesta Resolução, são apresentados alguns exemplares que se encontram dentro dos 300 metros do raio de entorno do Mercado que também foram tombados com o edifício, por portarem características de interesse da preservação.

No ano de 1994, o Mercado Municipal passou por uma série de reformas: foram retomadas as cores originais (listrado bege e cor telha) e trocada toda a infra-estrutura do edifício - elétrica, hidráulica, esgotos e equipamentos de combate a incêndio. A partir de 1998, a Prefeitura instituiu que seu funcionamento não acontecesse mais aos domingos, fato este que gerou muita polêmica entre os comerciantes do local pois, desde sua inauguração, o edifício funcionara todos os dias da semana e ainda contava com maior público e maiores vendas neste dia.

A última reforma que sofreu foi no ano de 2005, na qual a fachada foi novamente pintada, o telhado reformado, os toldos dos boxes trocados e houve a padronização das platibandas e do estacionamento, que passou a ser automatizado e com capacidade para mais vagas.



Detalhe do mapa do entorno do bem tombado do processo de tombamento do Mercado Municipal de Campinas com seu entorno imediato e edifícios de importância significativa.

Em vermelho: Mercado Municipal – bem tombado.

Em amarelo: Imóveis indicados para a preservação.

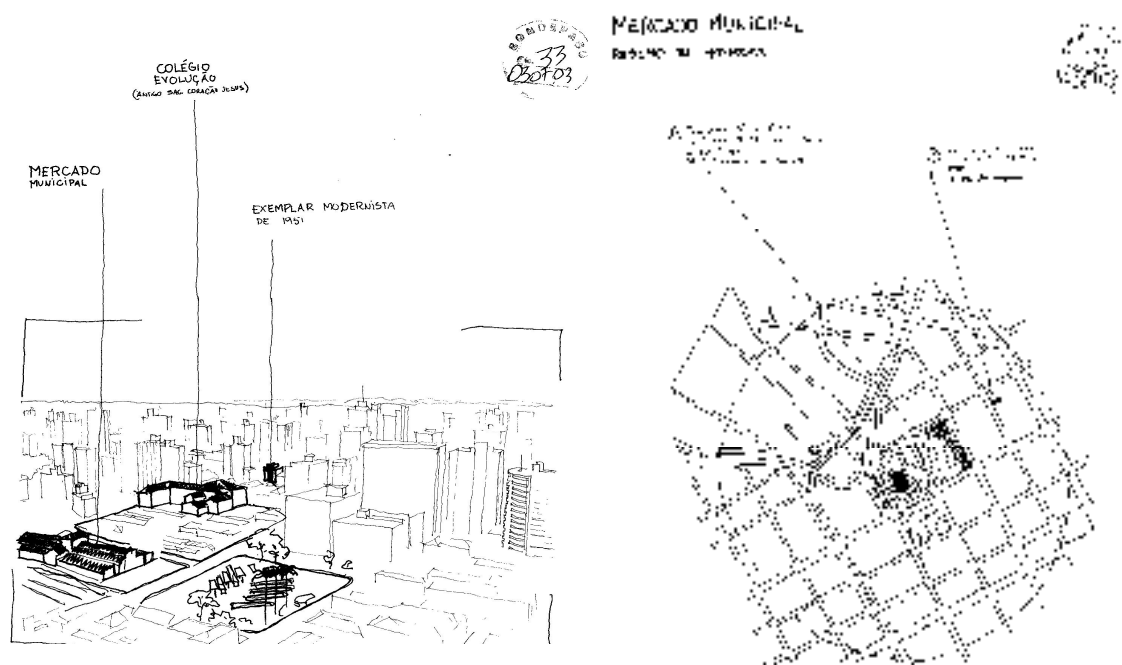
Em azul e hachurado: Quadras que necessitam de análise prévia do Condepacc para intervenções e reformas.

Fonte: Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas.

Alteração: Giselle G. Protti.



LEGENDA DAS IMAGENS –⁷

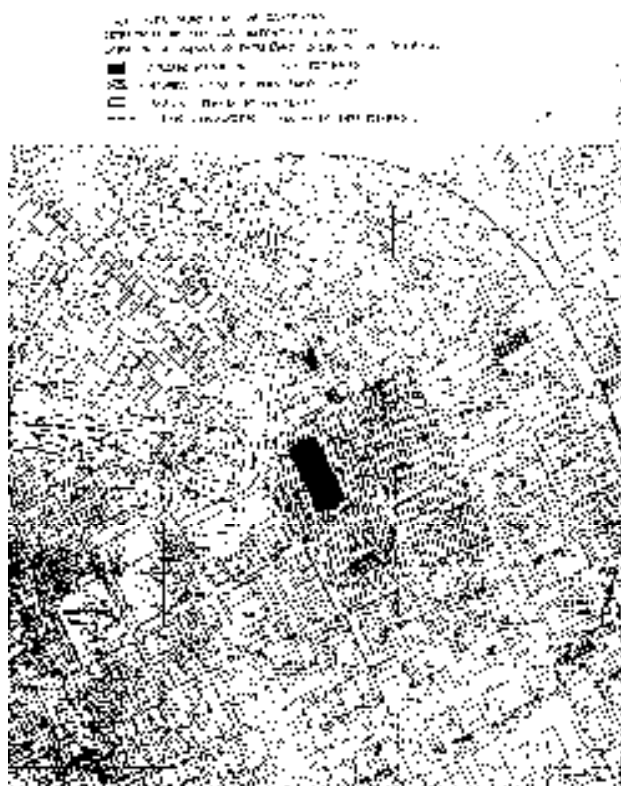


Perspectiva e mapa do processo de tombamento do Mercado Municipal de Campinas com seu entorno imediato e edifícios de importância significativa.

Fonte: Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas.

⁷ Legenda das imagens – tipologias tombadas - (fotos de Giselle G. Protti):

01- casas na Rua Marechal Deodoro, 02 – Colégio Coração de Jesus (atual Faculdade Getúlio Vargas) na Rua José Paulino, 03 – Edifício modernista, de 1951, na Rua Regente Feijó, 04 – Edifício na Avenida Dr. Campos Sales esquina com José Paulino, 05 – Fórum na Avenida Campos Salles, 06 – Conjunto de pequenas lojas na Rua Barreto Leme (atrás do Mercado Municipal de Campinas).



Mapa com o raio envoltório de 300 metros do bem tombado do Mercado Municipal de Campinas com seu entorno imediato e edifícios de importância significativa. Fonte: Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas.

Nos últimos 20 anos, a política de preservação do patrimônio, adotada pelo *CONDEPHAAT* e principalmente pelo *CONDEPACC*, impôs para o entorno dos edifícios tombados restrições que afetam toda área central: toda nova edificação situada a 300 metros de um bem tombado deve passar por aprovação do referido Conselho. Ao mesmo tempo em que existem restrições, não existe uma regra clara para a aprovação das novas edificações. Isto tem dificultado muito o aparecimento de novas edificações e até mesmo a manutenção das edificações existentes. Este fato, associado ao aparecimento de novas centralidades vinculadas aos segmentos de mais alta renda e à economia global, tem contribuído para o abandono e o esvaziamento da área central de Campinas.

Portanto, a legislação restritiva, ao mesmo tempo em que preservou vários conjuntos edificados, provocou um “congelamento” da área central, contribuindo em parte para seu esvaziamento e sua popularização. No caso da preservação do Mercado, a degradação da área envoltória é consequência de medidas da política pública (como por exemplo, a implantação dos terminais de ônibus na área central) e, por outro lado, consequência do descaso da mesma política pública,

que provoca o congelamento no desenvolvimento da área central, através das ações preservacionistas.

Com relação ao “congelamento” dos centros, o autor Ulpiano B. de Meneses trata a cidade como um “organismo vivo” e em transformação, segundo ele: urbanistas do mundo todo começaram a manifestar sua sensibilidade com relação a isso, ressaltando a importância dessa “heterogeneidade fragmentaria que se pode ter, no tecido urbano, um ‘sentido do passado’ e não num ilusório congelamento do documento num estado irrealizável de integridade original” - o autor, assim, revela que a transformação pela qual toda cidade passa completa o sentido de valor histórico, pois este valoriza toda a trajetória do monumento ao longo do tempo e não apenas um determinado momento pelo qual ele marcou a história.

“Convém acentuar que o valor histórico é um valor cognitivo: diz respeito a atributos capazes de permitir o conhecimento de aspectos da formação, funcionamento e transformação de uma sociedade.” (In MENEZES, Ulpiano B. de. *A cidade como bem cultural – Áreas Envolvórias e outros dilemas, equívocos e alcances na preservação do patrimônio ambiental urbano*, In *PATRIMÔNIO: Atualizando o debate*, São Paulo, 9ª SR/IPHAN, 2006, pág.) (Grifo meu).

Por isso, o congelamento presente em vários centros históricos, devido às legislações que restringem usos e transformações, torna-se oposto ao pensamento de vários urbanistas e estudiosos, por perceberem que existe uma necessidade de ter centros urbanística e funcionalmente heterogêneos para gerar vitalidade nesses locais. O autor José G. C. Magnani, em comentário para o artigo que Ulpiano B. de Meneses escreveu para a revista Patrimônio em 2006, concorda com a opinião de Meneses sobre as leis preservacionistas e acrescenta:

“Ao contrário dos monumentos arquitetônicos e objetos de arte, a cidade nunca é uma obra de arte acabada, virtualmente perfeita, como na tradição clássica. O congelamento da cidade significaria sua morte. O que podemos é conservar algumas partes ou componentes da cidade, como os monumentos, tendo em vista não só o passado, mas especialmente o futuro.” (MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Os Diferentes Planos da Cidade Como Bem Cultural*. In *PATRIMÔNIO: Atualizando o debate*, São Paulo, 9ª SR/IPHAN, 2006, pág.65) (Grifo meu).



Mapa do centro histórico de Campinas com monumentos tombados e os raios de 300 metros de entorno de cada bem, abrangendo praticamente todo o centro da cidade. Fonte: Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas.

Contudo, a área do Mercado Municipal de Campinas sofreu grandes transformações, tanto urbanas, quanto sociais, desde a inauguração do edifício. É importante estudá-las para compreendermos o porquê da vitalidade do mercado desde seu início até os dias atuais. No capítulo que segue serão mostradas ações de como que a política pública vem atuando no edifício e em seu entorno.

3. O Desenvolvimento Urbano do Centro de Campinas e as Transformações no Entorno do Mercado.

As cidades não são concebidas de uma só vez e por um só autor, senão ao longo de séculos e por múltiplos e sucessivos atores, que a cada geração se apropriam de elementos antigos, descartam outros, criam novos e reinterpretem tudo criando novos sentidos. Toda cidade é, assim, ao mesmo tempo, histórica e contemporânea, uma obra aberta e permanentemente em transformação.

José Guilherme C. Magnani.⁸

Em frente ao novo Mercado Municipal, e antes mesmo de sua inauguração, funcionava a Escola Correa de Mello, fundada em 18 de Abril de 1881, em uma homenagem que a “Sociedade Correa de Mello” prestou ao cientista botânico campineiro Joaquim Correa de Mello, com a idéia de fornecer ensino gratuito às crianças órfãs pobres. Em 1888, a Escola foi doada a Prefeitura tornando-se uma escola pública. Ela funcionou até 1962, ano em que foi demolida e a sua área foi transformada na Praça Correa de Mello (ANANIAS, 2000). Esse espaço livre público só deixou de ser uma praça quando foi transformado em um terminal de ônibus urbano em 1980 (BICALHO, 2004).



01



02

⁸ MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Os Diferentes Planos da Cidade Como Bem Cultural*. In *PATRIMÔNIO: Atualizando o debate*, São Paulo, 9ª SR/IPHAN, 2006, pág.65.



03

Fotografias históricas – Fonte: Centro de Memória da Unicamp
01, 02 e 03 – Largo Correa de Mello, em 1966.

O edifício do Mercado, mesmo com as transformações ocorridas em seu entorno, mantém atualmente, não em sua totalidade, mas em vários detalhes a sua construção original. O projeto também remete às especificações sanitárias da época, incorporando proposições de cunho funcionalista, nas quais era recomendando que as construções estivessem “conforme uso especializado” - mercado, matadouro, hospitais (ANDRADE, 2002).

A população da cidade de Campinas estava em contínuo crescimento: em 1912, apenas dentro do perímetro urbano que tinha sido esvaziado pela Febre Amarela, a população já alcançava o número de 38.346 habitantes, chegando na década de 20, a 50 mil habitantes (BADARÓ, 1996). A cidade, portanto, já havia recuperado muito de sua dinâmica e também algumas facilidades que impulsionavam seu desenvolvimento urbano: o entroncamento de várias linhas ferroviárias cruzando a parte central da cidade, a proximidade com São Paulo, a introdução da energia elétrica (e com ela, os bondes elétricos na cidade – ícones do progresso em várias cidades) e boas condições de infra-estrutura e vida

urbana. Toda essa situação proporcionou que a cidade recebesse a instalação de várias fábricas, que iniciariam a atividade industrial na região de Campinas.

Porém, apesar da próspera situação da cidade na década de 1920; em 1925, a Estação de Trem Carlos Botelho, ao lado do Mercado, deixou de funcionar. O grande fluxo de pessoas que circulava pelo local acontecia em grande parte em função da Estrada de Ferro Funilense, que fazia a ligação entre o centro e o norte da cidade e a zona rural próxima. A estação era ponto final das pessoas que se dirigiam aos cultos religiosos, às atividades de compra e venda e também ao lazer.

O crescimento urbano acelerado suscitou na administração pública a preocupação com o controle e a acomodação “higiênica” dessa nova população. A memória da relação entre crescimento urbano acelerado vinculado ao surto de epidemias ainda estava bastante presente entre os campineiros. Em 1934, o engenheiro-arquiteto Francisco Prestes Maia é contratado pela prefeitura para elaborar o **Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas**, prevendo alterações de traçado viário da cidade, a canalização de córregos e a legislação referente ao coeficiente de aproveitamento dos lotes urbanos, visando melhorias na higienização do centro urbano.

As Modificações de Prestes Maia em Campinas:

Prestes Maia propôs um plano com uma abrangência temporal entre 25 e 50 anos, prevendo que a cidade de Campinas nesse período teria sua população quadruplicada, atingindo 280 mil habitantes, devido ao desenvolvimento industrial. Na realidade, na década de 70, quase 40 anos após o seu estudo para Campinas, a cidade aumentou sua população para 335.756 habitantes na área urbana (BADARÓ, 1996).⁹

Dentre as propostas de Prestes Maia, havia alterações viárias que considerou ter captado o processo de transformação urbana da cidade e sobre ele colocou uma estrutura viária que consagrou as radiais e introduziu perimetrais que circundariam a cidade. Além disso, teve especial preocupação com o centro histórico, não em relação à preservação, pois isso ainda era uma ação pouca aprendida na época, apesar de já existir no Brasil um órgão federal destinado a isso a partir de 1937. Em relação a isso, Prestes Maia fez a seguinte comparação do centro de Campinas com o centro de São Paulo:

As condições campineiras são diferentes: o centro é mais espalhado, a topografia é mais uniforme não há sectores próximos isolados entre si, não há espaços baldios anulares que facilitem as perimetraes, não há saltos tão bruscos de preço entre o centro e a zona média, não há monumentos ou aspectos tradicionais centraes á preservar, não há praça commercial para construir e encher condignadamente, dentro do prazo curto mais de uma ou duas avenidas. Assim sendo, parece preferível a solução das avenidas centraes... deixando para phase muito posterior o complemento perimetral.”¹⁰ (BADARÓ, 1996, p.68). (Grifo meu).

Prestes Maia propõe para o centro de Campinas, o embelezamento estético através da padronização de alturas a fim de homogeneizar todas as construções, criando assim uma nova imagem para a cidade através de uma nova tipologia, incorporada ao centro já existente. Assim, Badaró escreveu que o centro: “recebeu tratamento próprio sendo redesenhado com grande preocupação estética e cívica, principais parâmetros a justificar o alargamento das ruas, a padronização das edificações particulares e a disposição dos edifícios públicos.” (BADARÓ, 1996, p.58).

⁹ Conforme dados fornecidos no Quadro de Evolução Demográfica da População Urbana de Campinas. In BADARÓ, 1996, p.130.

¹⁰ O autor faz citação a: MAIA, F. P. Relatório sobre o caráter e o programa do Plano de Urbanismo de Campinas. In: *Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas durante o exercício de 1934*. Campinas, Linotypia da Casa Genoud, 1936.

Em relação às edificações públicas, ainda segundo o autor, deveriam ser em local de destaque (praças, eixos e pontos dominantes), não sendo tratados como prédios comuns. Em relação ao Matadouro Municipal, ele aconselhou a remoção e, para o Mercado Municipal, recomendou que parasse de funcionar no centro e se transferisse para a Vila Industrial. Badaró não explica o porquê dessa medida, mas talvez seja por motivos de desenvolvimento viário, já que várias ruas estavam sendo alargadas e com isso, várias edificações do centro estavam sendo desapropriadas e derrubadas.

O estudo de Prestes Maia se baseava em uma estrutura radiocêntrica, a exemplo das modificações que estavam sendo feitas em São Paulo e em outras cidades do mundo, como Paris. O plano viário de Prestes Maia desenvolveu uma hierarquia de vias que até então não existia em Campinas, consciente do tamanho do fluxo que iria transportar e da importância que cada uma adquiriria. Além disso, o alargamento de algumas ruas fazia com que passasse a ser permitido ali a construção de edificações mais altas, pois as alturas das edificações, segundo o Código de 1934, dependiam diretamente da largura da rua.

Tal regulamentação, após o alargamento das ruas principais, iria possibilitar, sobretudo nas avenidas Francisco Glicério e Campos Salles, edifícios de grande altura. Por isso, esta questão deveria ser revista conjuntamente com os estudos do zoneamento, que seriam realizados pela prefeitura nos anos seguintes. (...) A cidade preparava-se pois para um novo patamar de desenvolvimento, fixando parâmetros para altura dos prédios com base em padrões estéticos, de salubridade e de adensamento. (BADARÓ, 1996, p.86).

Nas avenidas centrais, propôs o alargamento de duas vias que deveriam ser perpendiculares entre si para receber maior fluxo de veículos e serem eixos de referência no centro da cidade. Desta maneira, a primeira avenida a ser escolhida foi a Avenida Francisco Glicério, que deveria ter de 24 a 26 metros de largura e era a mais indicada principalmente por estar entre os Largos do Rosário, da Catedral e do Pará, sendo assim mais econômico o alargamento da avenida. Além disso, ela pôde ser facilmente prolongada até a perimetral média tanto a sul como a norte.

O maior significado atribuído a ela [à Avenida Francisco Glicério] pelo Plano de Melhoramentos Urbanos estava relacionado à expansão do centro comercial, à localização de edifícios públicos e à estética urbana da porção central da cidade, onde ostentaria

maior largura. Para satisfazer a tais necessidades deveria estar localizada ao longo do centro principal, no intervalo definido pelas ruas Luzitana e José Paulino. (BADARÓ, 1996, p.70)

A segunda avenida foi a Avenida Campos Salles, que teria de 19 a 22 metros de largura e era na época o principal eixo de ligação entre o centro e a Estação Ferroviária, porta de entrada de Campinas para quem vinha de outras cidades.

“Prestes Maia não apenas projetou um espaço, mas também um tempo”¹¹. Assim foi a visão da autora Marisa Carpinteiro para os diversos estudos que o urbanista realizou. Em Campinas, seu Plano foi concluído em 1938 e, até 1959, a cidade passou por transformações, todas elas orientadas pelas recomendações constantes do Plano de Prestes Maia:

1) a lei de zoneamento, que definia o tipo de uso permitido para o lote, de acordo com a zona da cidade onde se encontrava, com proibições de determinados usos para o centro. Isso serviu para orientar o crescimento da cidade, na medida em que novos bairros iam surgindo fora do limite urbano, ampliando o limite da cidade. Prestes Maia foi quem elaborou o primeiro estudo de planejamento urbano para Campinas, em uma época em que essa preocupação significava visualizar o progresso e o modernismo avançando em direção à cidade, sendo mérito apenas de cidades consideradas “modernas”;

2) o código de edificações, que orientou o adensamento do centro, substituindo os casarões da época do café pela construção de edifícios de até 6 andares, marcando o início do processo de verticalização;

3) o regulamento de loteamentos e de construções populares em Campinas, significando as primeiras especulações imobiliárias da cidade, as quais desenvolveram bairros “periféricos”, como o bairro da Nova Campinas de 1946¹², que recebeu moradores da elite campineira, famílias saídas de habitações do centro (os casarões da era do café), devido a um *marketing* urbano para se ocupar essas novas localidades. Começou-se então, o processo da

¹¹ Segundo artigo de Marisa V. T. Carpinteiro em: www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos2/%5b12%5durbana2_carpinteiro.pdf

¹² Segundo a Resolução nº 61 de 14 de abril de 2005 do processo de tombamento das características urbanísticas originais do bairro Nova Campinas.

mudança social no centro, que refletiu em outras atividades, como o comércio, por exemplo;

4) a implantação das avenidas perimetrais e radiais, que foram contra o traçado original e histórico da cidade, moldando um “novo centro urbano”, para Campinas poder escoar o trânsito moderno com os novos meios de transporte da época, então mais velozes do que os anteriores. Para isso, a maioria das construções antigas de até três pavimentos que pertenciam a época cafeeira e se encontravam nos eixos alargados foram dando lugar a modernos edifícios de 6 andares, através de processos de desapropriações e demolições.

Com tantas mudanças para Campinas, mas principalmente para o centro, é possível notar, através de fotos da época, que também a região do Mercado Municipal apresentou mudanças provenientes do Plano de Melhoramentos de Prestes Maia, como a alteração das tipologias, alargamento da Rua Benjamin Constant e Rua José Paulino, aumento do fluxo de veículos, expansão do limite urbano próximo do Mercado - fazendo com que o edifício, que antes ficava fora do limite da área central, passasse definitivamente a pertencer a ela. O Plano de Melhoramentos previu para Campinas obras de progresso urbano como a canalização de córregos, que antes eram limites para o crescimento urbano, passando a dar acesso às várzeas e facilidades para transpor esses limites, e permitindo assim, a criação de novos bairros na cidade.¹³

¹³ Segundo o artigo do geógrafo Luís Vilela Filho em:
www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornal/pdf/ju338pg08pdf

O “Progresso” Continua em Campinas:

A partir da década de 60, com a implantação da indústria automobilística, a política urbana esteve em grande medida submetida à viabilização do automóvel em meio urbano. O transporte urbano sobre trilhos, os bondes, que até então possuía uma rede de trilhos bem instalada na cidade, teve o mesmo fim observado em várias outras cidades do Brasil e do exterior: todo o sistema urbano sobre trilhos foi totalmente desativado na década de 60. Em Campinas, de 1960 a 1963, o prefeito eleito, Miguel Vicente Cury, realizou muitas obras que proporcionaram novas transformações no sistema viário da cidade, que destruíram vários espaços públicos de lazer para dar espaço a viadutos, inclusive o Viaduto Miguel Vicente Cury, que se localiza onde antes havia uma praça de lazer. Neste novo traçado urbano, foi criada a Avenida Senador Saraiva em continuidade desse viaduto, que se ligava à Avenida Moraes Salles. A criação da Avenida Senador Saraiva interferiu, de certa forma, no entorno do Mercado Municipal, pois além de aumentar o tráfego na região, ainda foi construído um “pontilhão” na praça atrás do Mercado para conectar a nova avenida às Avenidas Orosimbo Maia e João Penido Burnier.

Essas transformações priorizavam o automóvel e ignoravam os espaços públicos e as áreas de lazer. Desta maneira, o Mercado, um espaço público, também foi ignorado e a presença do viaduto próximo a ele rompeu a ligação do edifício com bairro Botafogo, logo atrás do edifício, alterando totalmente a configuração da implantação dele perante a cidade: passou a não mais se “conectar” com a facilidade de antes com a cidade ao seu redor, mas apenas com a cidade em frente a ele.

O transporte urbano na cidade passou a ser todo ele realizado através de veículo particular e ônibus, sem nenhuma prioridade destes últimos nos leitos viários. Já na década de 70, com a influência técnico-conceitual do Metrô de São Paulo, ocorreu em quase todas as cidades do interior a consolidação de terminais de ônibus nas áreas centrais. Com a influência rodoviarista desde a década de 60, várias praças e espaços públicos foram tomados por esses terminais. Foi desta forma que a Praça Corrêa de Mello, situada bem em frente ao Mercado, se

transforma em Terminal de Ônibus Urbano em 1980¹⁴, aumentando, ao mesmo tempo, o fluxo de ônibus e o comércio informal, causando ali uma degradação visual, sonora e espacial do que antes era espaço público de lazer.

Mais uma vez, as políticas públicas demonstraram a sua prioridade por espaços destinados à função rodoviária em relação aos espaços de lazer coletivo e a valorização do patrimônio histórico. Essa mentalidade da época proporcionou certo “isolamento” do Mercado, que já estava desconectado com a cidade aos fundos, passou então a apresentar dificuldade de conexão espacial com o centro após a instalação do terminal de ônibus em frente ao edifício, devido o grande tráfego que passa pela Rua Benjamin Constant, desde os anos 80.

Segundo dados fornecidos pela EMDEC /Setransp, atualmente o volume de veículos na Avenida Benjamin Constant, entre a Rua José Paulino e a Avenida Senador Saraiva (em frente ao Mercado Municipal) é 1300 automóveis na hora-pico, sendo que ainda circulam 300 ônibus urbanos por hora pela Avenida Benjamin Constant. Além disso, o fluxo de pedestre é intenso dentro do Terminal Mercado, havendo linhas que chegam a transportar mais de 10 mil pessoas por dia.

Após as instalações dos terminais, um camelódromo acompanha o percurso em quase toda a extensão da passagem que liga o terminal do Mercado com o terminal do Viaduto Cury. Esse comércio informal disputa espaço público com os passantes e é consequência da instalação dos terminais, que possibilitou um maior fluxo de pedestres neste trecho, causando no espaço público uma degradação visual, sonora e espacial. Assim, as consequências dessa nova ocupação podem apresentar uma ambigüidade para o patrimônio: se de um lado traz mais usuários ao edifício, cativos do transporte público, por outro, cria dificuldades, gerando uma situação urbana caótica, para os usuários tradicionais do Mercado.

Assim, a implantação de um terminal de ônibus na praça em frente ao Mercado vai além das transformações visíveis, pois modificou também, junto com todos os fatos que vinham ocorrendo na história, a afluência, a mistura entre as

¹⁴ Ver em: BICALHO, Marcos Pimentel. *Trilhos e Linhas: História do Transporte Coletivo em Campinas*, Campinas – Secretaria Municipal de Transportes, Emdec, 2004.

classes sociais de freqüentadores e também a mistura de produtos vendidos. À semelhança da área central onde está situado, o Mercado também se popularizou.



Fotografia Aérea do Mercado Municipal de Campinas em 2005
Fonte: Centro de Documentação do CEATEC – Puc-Campinas.

Finalmente, a relação entre o Mercado de Campinas e a cidade foi se alterando conforme as transformações urbanas foram ocorrendo: primeiro sobrados da era do café, que através do Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia foram transformados em edifícios de seis andares; depois o alargamento de ruas, as desapropriações e as demolições dos casarões que fizeram com que o centro perdesse quase toda a sua tipologia da geração dos barões do café. Posteriormente, a região continuou sofrendo alterações, principalmente pela mentalidade rodoviarista que visou basicamente à acessibilidade para veículos, não dando importância para espaços para pedestres, e produzindo, por exemplo, o viaduto que se tornou uma “barreira” entre o entorno e o Mercado, fazendo com que a sua implantação na cidade de Campinas ficasse “de costas” para o bairro do Botafogo, ao tirar a “permeabilidade” dos pedestres, visual e também viária que existia para transpor a Avenida Orosimbo Maia.

Outra transformação no Mercado foi causada pelo terminal de ônibus urbano e a presença do comércio informal competindo por espaço com pedestres e por clientes com o formal. As frotas de ônibus se intensificaram trazendo das periferias um número maior de usuários para a região do Mercado.

Com tantas transformações urbanas e também na legislação de uso e ocupação do solo, o Mercado e o espaço livre em seu entorno ainda se mantêm como palco para as manifestações da esfera da vida pública na área central de

Campinas e preserva a função original de sua construção. Para compreender melhor a vitalidade deste patrimônio perante a cidade a qual ele pertence, apresentaremos no próximo capítulo uma fundamentação teórica sobre patrimônio histórico.

4. Fundamentação teórica sobre patrimônio histórico.

Para estudar a teoria de preservação do patrimônio no Brasil e no mundo, a metodologia adotada foi trabalhar com os testemunhos atemporais das Cartas Patrimoniais para a evolução da gestão patrimonial. Atemporais pois, por mais desenvolvido que esses estudos estejam atualmente, as Cartas ainda são utilizadas e respeitadas nas práticas de preservação. Contudo, apesar da evolução desses estudos, elas não se apresentam, uma em relação à outra, com predominância ou qualquer diferença em termos de importância - todas são igualmente significativas e não seguem um raciocínio seqüencial, pois a maioria delas são resultados de encontros de profissionais que tentam regulamentar a preservação através desses documentos, tornado-as, assim, muitas vezes repetitivas, enquanto que em outras vezes, trazem à luz novas formas de visão para a preservação e a conservação. São, assim, atemporais também porque não apresentam suas idéias em uma seqüência lógica e racional, mostrando pensamentos que evoluem e estagnam, sem apresentar uma continuidade em suas idéias.

As Cartas Patrimoniais conotam, entre outras, a importância de se ter novos usos nas edificações de valor histórico que perderam o seu uso original. Porém, elas explicam que esses novos usos devem ser sempre compatíveis com desenvolvimento econômico e social onde patrimônio está inserido, para não descaracterizar a identidade local.

Para tratar das Cartas, utilizamos a bibliografia editada em 2004 e organizada por Isabelle Cury, publicada pelo IPHAN, a qual reuniu as Cartas Internacionais por meio de uma seleção organizada cronologicamente, da mesma forma que apresentamos os fatos nesta pesquisa. Aqui não trataremos de todas elas, mas especificadamente, daquelas que fazem referência à nova funcionalidade atribuída aos bens patrimoniais em oposição aos seus usos originários. Além dessas, são interessantes para essa pesquisa as Cartas que tratam da evolução da preservação do edifício arquitetônico isolado para a sua ambiência e em um modo mais evoluído ainda, para um sítio urbano: os centros históricos urbanos e as cidades.

Assim, as Cartas internacionais que serão tratadas aqui são: a **Declaração relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios**, de 1962, como a primeira das cartas referentes à preservação de uma paisagem historicamente interessante, ainda sem preocupação com o urbano; a **Carta de Veneza**, de 1964, como importante documento da teoria do restauro arquitetônico, embora ainda mostre sua preocupação apenas com o edifício e não olha para o sítio urbano; a **Norma de Quito**, de 1967, que trata da importância do novo uso para as edificações históricas e atribui grande valor à parceria com o turismo, tanto para o bem tombado, quanto para a recuperação econômica do seu entorno, contribuindo assim para um novo pensamento em relação às intervenções dessa espécie; a **Carta do Restauro**, já da década de 70, que expõe importantes procedimentos na recuperação de edifícios históricos e, pela primeira vez, expõe também a necessidade de recuperação não apenas de edifícios isolados, mas também de conjunto de edifícios, referindo-se aos centros históricos; a **Declaração de Amsterdã** e o **Manifesto de Amsterdã**, também escritos na década de 70, que dão continuidade ao raciocínio das Cartas anteriores, mostrando forte preocupação com o valor social da ação preservacionista, pois esta deveria tratar também de questões sociais, urbanas e econômicas, ao pensar o novo uso para o edifício histórico e também mostraram, pela primeira vez fortemente, a importância da ambiência do bem; por último, em relação ao âmbito internacional, utilizamos a **Carta de Burra**, da década de 80, por documentar também a preocupação em relação a atribuir um novo uso à edificação histórica e em definir os tipos de intervenções patrimoniais e usá-las em cada caso.

No caso brasileiro, foi selecionado o **Compromisso de Salvador**, que data de 1971 e traz importantes acertos políticos para a preservação no Brasil, criando legislação específica e órgãos estaduais que trabalhem para isso e, principalmente, dando grande importância para o conceito de ambiência do bem histórico. E, por fim, a **Carta de Petrópolis**, já da década de 80, selecionada aqui por perceber a cidade contemporânea como uma somatória de camadas sobrepostas após o esgotamento das suas funções, diferente de como era vista antes.

Apesar da preocupação com a conservação e a preservação da história dos povos serem uma problemática da atualidade, ela já aparece no ano de 1825, quando Quatremère de Quincy (erudito, historiador da arte e arqueólogo) teve seus verbetes sobre preservação de bens culturais publicados em uma enciclopédia francesa, ainda que existam relatos de que ele escrevia sobre o assunto desde 1796.¹⁵ Suas principais preocupações eram em relação aos desmembramentos das coleções de arte, defendendo que a ação de dividi-las tinha o significado de destruição da arte, considerando a obra completa apenas quando está em seu contexto e criticando os processos de repatriação delas ao serem desmembradas entre nações diferentes.

O conceito de *Monumento Histórico* foi elaborado na França, durante o século XVIII, no ano de 1790, durante a Revolução Francesa, além de alguns de seus instrumentos de preservação, como museus, inventários, tombamentos e a reutilização dos edifícios. Em 1830, criou-se o cargo de inspetor dos Monumentos Históricos e, em 1837, a primeira *Comissão de Monumentos Históricos* do mundo.

No século XIX, o pensamento sobre a preservação da história nas edificações arquitetônicas dividia-se em duas vertentes. A primeira acreditava que a conservação era a ação que deveria trazer de volta o estado original do edifício que foi deteriorado ao longo do tempo, deixando-o como novo, mesmo que para isso fosse necessário inventar acréscimos às ruínas, deixando-as em “bom estado”, baseando-se em refazimentos e complementos ao estilo do artesão, sendo representada na França principalmente por *Eugene Viollet-Le-Duc*.¹⁶

A segunda vertente, liderada na Inglaterra pelo escritor e poeta John Ruskin (1819-1900), no movimento ante-raspagem dos monumentos (*Anti-Scrape Movement*¹⁷), oferecia um modo de fazê-lo totalmente romântico: acreditava que a glória do monumento está em sua idade, então a conservação e a preservação significaria a total destruição que o edifício poderia sofrer; sua maior preocupação

¹⁵ KUHLE, Beatriz M. *Quatremère de Quincy e os verbetes Restauração, Restaurar, Restituição e Ruína de sua Encyclopédie méthodique. Architecture*, publicado na Revista Rotunda, Centro de Pesquisa em História das Artes no Brasil (CEPAB), Instituto de Artes, UNICAMP, 2003 in <http://www.iar.unicamp.br/rotunda02>.

¹⁶ Mais informações em:

VIOLLET-LE-DUC, Eugene Emmanuel. *Restauração*, Editora Ateliê, São Paulo, 2001.

¹⁷ Sobre a história dos restauradores na Inglaterra, é possível ler mais em:

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *William Morris e a SPAB*, publicado na Revista Rotunda, Centro de Pesquisa em História das Artes no Brasil (CEPAB), Instituto de Artes, UNICAMP, 2003-2004 in <http://www.iar.unicamp.br/rotunda03>.

seria em relação aos processos de “raspagem” de pinturas murais – *scraping* – iniciados por *James Wyatt* (1747-1830), também conhecido como “Wyatt, o destruidor” expressão que se referia ao seu jeito – duvidoso – de fazer restauração (PINHEIRO, 2003-2004). Willian Morris (1834-1896) foi o principal sucessor de Ruskin, e fundou uma sociedade de proteção aos edifícios antigos (SPAB) e preocupava-se não apenas com os grandes monumentos, mas também com a arquitetura vernacular (como forma de arte popular), chamada como *arquitetura menor*.

Esses foram alguns dos importantes pensadores que se destacaram nos primeiros estudos sobre a preservação da história dos povos. A proteção aos monumentos e a definição destes, aos poucos, foram tomando importância em debates de abrangência mundial em congressos envolvendo membros de diversos países e confeccionando Cartas ou Recomendações – documentos internacionais que determinassem a melhor maneira de salvaguardar cada tipo patrimonial.

Por isso, na discussão sobre patrimônio, é importante relacionar as Cartas Patrimoniais Internacionais, produzidas por grupos de profissionais que têm interesse em conhecer e desenvolver métodos de conservação, restauração e requalificação de importantes monumentos e sítios históricos de todo o mundo, marcando a identidade de seu povo através da manutenção da memória viva.

Porém, nem todas as Cartas Patrimoniais falam exclusivamente de preservação, a exemplo da Carta de Atenas, escrita em 1933. Essa Carta Internacional foi o resultado do encontro de arquitetos modernistas, os *CIAMs* (*Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna*), que reuniram profissionais para discutir as concepções fundamentais da arquitetura e do urbanismo e as suas próprias obrigações profissionais, a partir do primeiro encontro, que se deu em 1928. A essência do encontro foi o lançamento do conceito da Funcionalidade aplicado ao Urbanismo e à Arquitetura, estipulando como lema do encontro as três funções principais: Habitar, Trabalhar e Recrear-se. Devido à originalidade e ao avanço de pensamento sobre um novo olhar para as questões urbanas, esse documento apresenta até hoje uma grande importância entre os estudiosos do urbanismo e da arquitetura.¹⁸

¹⁸ Mais informações em: www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1933.pdf

Dois anos antes, também em Atenas, aconteceu o encontro do Escritório Internacional dos Museus, o qual gerou a primeira **Carta de Atenas** (1931), destinada aos princípios gerais e às doutrinas concernentes à proteção dos monumentos, recomendando que se mantenha uma utilização dos monumentos, a fim de assegurar sua continuidade e respeitando seu caráter histórico e artístico. Já apresentava uma preocupação com o entorno:

Recomenda-se, sobretudo, a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos de arte ou de história. (Escritório Internacional dos Museus, II Carta de Atenas. Atenas, Outubro de 1931. In CURY, 2004, p.14).

A Carta de Atenas também fez recomendação quanto aos materiais empregados nas técnicas de restauro e quanto ao modo de se fazer a conservação dos monumentos, inclusive sobre a integração dos diversos profissionais que devem se unir em prol deste trabalho de recuperação e prevenção.

Após essa, a próxima Carta Patrimonial referente à salvaguarda de um bem foi apenas na década de 60, quando a **Declaração relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios**, foi escrita durante a **Conferência Geral da Unesco** que se realizou na cidade de Paris, em 1962. Foi destinada à explicação da importância da preservação e restituição das paisagens e sítios naturais, rurais ou urbanos, que apresentem um interesse cultural ou estético ou que constituam meios naturais característicos e de medidas de salvaguarda a serem seguidas pelos Estados-membros (CURY, 2004). Esta foi a primeira a definir medidas de caráter preventivo e corretivo para as áreas de sítios urbanos e paisagens, dizendo que uma das ações certamente deveria vir de leis no âmbito nacional regulamentando essas medidas.

Apesar de apresentar várias idéias ainda não conhecidas, ela ainda tratava especificadamente de paisagens e sítios naturais, não entrando no mérito da conservação do patrimônio urbano (móvel ou imóvel).

Cabe mostrar aqui um pouco os estudos do autor José Reginaldo Gonçalves sobre “patrimônio”: não é simplesmente uma investigação moderna, estava presente também no mundo clássico e na Idade Média. É uma categoria

de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana. (ABREU, 2003, p.22)

Assim, o patrimônio nacional, além de constituir uma referência para a construção de uma identidade comum a um povo que compartilha o mesmo território nacional, estaria também referido ao que de melhor a humanidade produziu. A fundação da Unesco¹⁹ – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – em 16 de Novembro de 1945, refletiu a tentativa de quebrar o antagonismo entre as nações. Com a criação desse órgão internacional, destacou-se a vertente universalista da noção de patrimônio da humanidade. (ABREU, 2003, p.32).

A noção corrente de patrimônio cultural encontra-se na Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, aprovada em 16 de novembro de 1972 na décima sétima sessão da conferência geral da UNESCO²⁰. No Brasil, essa convenção foi promulgada pelo Decreto nº. 80.978 de 12 de dezembro de 1977. A partir de então, surge um novo universo do patrimônio: o de interesse de preservação não apenas para o município ou para a nação/país, mas o patrimônio interessante também para todo o mundo – o patrimônio da humanidade.

Desta maneira, várias cidades são hoje consideradas “patrimônio da humanidade” pela UNESCO, fazendo com que adquiram um valor universal que, segundo o autor Ulpiano B. de Menezes, não é percebido pelos habitantes locais, e acaba se tornando mera oportunidade de negócio:

Cidades “patrimônio da humanidade”, como Veneza ou Ouro Preto, ao se transformarem em mercadoria para o turismo cultural, alienaram o habitante, cuja fruição é totalmente instrumentalizada. (...) Alcântara [cidade “patrimônio da humanidade” localizada no Maranhão] constitui mera casca cênica de fruição estética. Como pode algo que é bom para a “humanidade” não ser bom para aqueles que, como habitantes, teriam as condições ideais para fru-lo integralmente (isto é, a contigüidade, a possibilidade de reiteração, de continuidade, de integração de apropriações multiformes e de enraizamento pessoal e comunitário nos demais traçados da vida corrente)? MENEZES, Ulpiano B. de. *A cidade como bem cultural – Áreas Envolvórias e outros dilemas, equívocos e alcances na preservação do patrimônio ambiental urbano*, In *PATRIMÔNIO: Atualizando o debate*, São Paulo, 9ª SR/IPHAN, 2006. (grifo meu).

¹⁹ Ver mais informações em: www.brasilia.unesco.org/unesco

²⁰ Documento disponível on line no site: whc.unesco.org/en/conventiontext/

Essa nova visão sobre patrimônio que começa a se formar universalmente faz com que, em 1964, o **Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)**, ligado à UNESCO, escreva a **Carta de Veneza** – Carta Internacional sobre construção e restauração de monumentos e sítios – durante o II Congresso Internacional de Arquitetos, na cidade de Veneza.

A Carta adquiriu grande importância por ser uma das principais referências em restauração até os dias de hoje, devido à apresentação de princípios norteadores. É nesta Carta que aparece, pela primeira vez em caráter internacional, a descrição da importância das obras monumentais e sua autenticidade:

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesmo o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade. É, portanto, essencial que os princípios que devem presidir à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados num plano internacional, ainda que caiba a cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições. (Congresso internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos, II. Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Veneza, Maio de 1964. In CURY, 2004, p.91).

Além disso, essa Carta contribui para as práticas de restauro, fornecendo definições sobre as ações que visam à salvaguarda tanto da obra quanto do testemunho histórico e, por isso, essa nova disciplina passa a ser praticada com mais rigor e regulamentação, deixando menos livre a ação ao estilo do restaurador, além de fazer menção também para as pequenas obras e não apenas àquelas mais imponentes (como igrejas, palácios e edifícios públicos), pois também teriam sua importância como um monumento histórico:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um testemunho histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

A conservação e restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental. (Idem. In CURY, 2004, p.92). (Grifo meu).

Desta forma, a Carta de Veneza dá início a uma nova metodologia de conservar e restaurar, fazendo com que o restaurador respeite em primeiro lugar a autenticidade da obra, orientando-o para sempre realizar estudos teóricos sobre o histórico da obra antes de iniciar a prática, para produzir relatos analíticos e críticos ilustrados com desenhos e fotografias de todas as fases do trabalho a fim de dispor posteriormente em arquivos de órgãos públicos e recomendando que fiquem à disposição dos pesquisadores.

Considerando tudo o que foi apresentado na Carta de Veneza, em 1967 a **Norma de Quito**, realizada na **Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico**, agrega àquela a importância urgente de manter a funcionalidade através de um plano sistemático de renovação dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social das cidades, pois eles representam um valor econômico e são suscetíveis de constituir-se em instrumentos do progresso (CURY, 2004, p.106).

No trecho abaixo, retirado da Norma de Quito, é possível ver que são colocadas as normas de proteção estendidas ao âmbito do monumento e não apenas se restringe a ele, valorizando assim sua vizinhança imediata a partir da valorização do patrimônio. Além disso, a Norma apresenta uma visão de que ao valorizar potencialmente um monumento urbano, toda a cidade recebe essa ação como efeito reflexivo do que está sendo beneficiado pela preservação.

É preciso destacar que, em alguma medida, a área de implantação de uma construção de especial interesse torna-se comprometida por causa da vizinhança imediata ao monumento, o que equivale a dizer que, e certa maneira, passará a ser parte dele quando for valorizado. As normas protecionistas e os planos de revalorização têm que estender-se, portanto, a todo o âmbito do monumento.

De outra parte, a valorização de um monumento exerce uma benéfica ação reflexiva sobre o perímetro urbano em que se encontra implantado e ainda transborda dessa área imediata, estendendo seus efeitos e zonas mais distantes. Esse incremento de valor real de um bem por ação reflexa constitui uma forma de mais-valia que há de se levar em consideração. (Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico. Normas de Quito. Quito, Novembro e Dezembro de 1967. In CURY, 2004, p.112). (Grifo meu).

A Norma de Quito também se destina a lembrar que a função social sempre deve estar presente nos processos de restauração e conservação, ou seja, a ação patrimonial não deve se voltar contra os moradores e comerciantes

locais, expulsando-os do local, pois a restauração não deve ter como consequência um processo de *gentrification*²¹. Assim, os novos usos devem ser compatíveis com a arquitetura originária do edifício e os interesses do proprietário, no caso de uma propriedade particular, ou da coletividade local, no caso de um edifício público, considerando os interesses da própria comunidade. Além disso, a Norma lembra que uma expressa declaração do Estado apresentando registros oficiais e identificação da obra é necessária para se decretar um monumento.

Nesta reunião, pretendeu-se propor uma solução conciliatória para o problema da conservação e restauração dos bens patrimoniais, principalmente em relação aos valores ambientais, diante das exigências do progresso urbano: a integração ao conjunto urbanístico, dos centros ou complexos históricos de interesse ambiental. Para isso, a Norma expõe o interesse na afluência turística determinada pela revitalização adequada de um monumento, assegurando assim a recuperação do capital investido para esse fim:

Atividade turística que se origina da adequada apresentação de um monumento e que, abandonada, determinaria sua extinção, traz consigo uma profunda transformação econômica da região que esse monumento se acha inserido. (Idem. In CURY, 2004, p.114).

A principal preocupação da Norma era incentivar o turismo diante da história e da identidade local, apresentando assim vantagens econômicas em se ter edifícios restaurados e conservados e que, ainda, mantivessem a sua configuração econômico-social. Para isso, foram propostos instrumentos de valorização do patrimônio que auxiliassem a explorar o potencial turístico da área. Esse propósito apresentado pela Norma de Quito é claramente contestado por pesquisadores contemporâneos, como Françoise Choay, que diz que o “turismo cultural” faz com que o monumento perca seu caráter de rememorar a história e a identidade local, transformando a cultura em “empresa”, em “indústria” que comercializa o patrimônio, visto assim como “produto cultural” e destinando-o aos turistas, os “consumidores culturais”. Por isso, essa intenção da Norma de Quito distorce as razões para as quais a preservação e a conservação se designam.

²¹ Segundo a autora Silvana Rubino, o termo “Gentrification” foi usado pela primeira vez pela socióloga inglesa Ruth Glass, no ano de 1964, para descrever transformações socioespaciais que as cidades estavam sofrendo em função da reabilitação de áreas obsoletas. (BENFATTI, 2004, p.288). Veremos mais sobre esse conceito no capítulo “O Monumento Histórico na Cidade Contemporânea”.

No ano de 1972 foi escrito uma das principais cartas internacionais, referente à questão da restauração na Europa e usada até hoje mundialmente: a **Carta do Restauro**, documento do encontro promovido na Itália pelo **Ministério da Instrução Pública** do governo italiano, que se dedica a promover uma criteriosa regulamentação que incide sobre os diretores e chefes de instituições autônomas em relação aos seus trabalhos de restauração. Dividida em quatro anexos que tratam cada um sobre um tipo de bem cultural, que são:

Anexo A - Os objetos arqueológicos,

Anexo B - As obras arquitetônicas.

Anexo C - As obras pictóricas e escultóricas.

Anexo D - Os centros históricos.

Pela primeira vez, os Centros Históricos estavam sendo vistos como um bem cultural da cidade, por isso essa Carta é um importante documento para a evolução dos conceitos de bem cultural.

De forma detalhada, a Carta do Restauro desenvolveu cada um dos itens, proporcionando um verdadeiro manual a qualquer tipo de intervenção em todos esses tipos de obras citados. Por interesse desta pesquisa, apresentarei os itens que se destinam ao nosso objeto de estudo – o Mercado Municipal – sendo assim, “as obras arquitetônicas” (no Item B) e também ao centro histórico de Campinas, pertencendo ao Item D - “os centros históricos”. Como não cabem ao interesse desta pesquisa, não serão tratados aqui os anexos “A”(os objetos arqueológicos) e “C” (sobre pictóricas e escultóricas), ainda que, para a preservação, esses objetos sejam de grande importância.

No Anexo B, o texto explica que o objetivo da restauração é assegurar a sobrevivência dos monumentos, considerando a possibilidade de novas utilizações para os edifícios monumentais antigos, quando não resultarem incompatíveis com os interesses histórico-artísticos e evitando assim, intervenções de grande amplitude e do tipo renovação e reconstituição. (Idem. In CURY, 2004, p.157). Além disso, a Carta ainda explica como deverá ser o projeto, lembrando que em todos os casos é necessário que se faça um estudo do monumento, analisando desde sua relação com o tecido urbano até os aspectos tipológicos e construtivos, tanto em relação à obra original quanto em relação aos acréscimos e modificações e, desta maneira, seguir o princípio fundamental da restauração: respeitar a autenticidade da origem e passagem do tempo na obra.

No Anexo D, o texto discorre sobre a tutela dos centros históricos, tratando primeiro de identificá-los para o leitor como qualquer lugar que adquira um valor especial, devido a sua arquitetura ou ao seu traçado urbano:

Para efeito de identificar os centros históricos, levam-se em consideração não apenas os antigos centros urbanos, assim tradicionalmente entendidos, como também, de um modo geral, todos os assentamentos humanos cujas estruturas, unitárias ou fragmentárias, ainda que se tenha transformado ao longo do tempo, se hajam constituído no passado ou, entre muitos, os que eventualmente tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico ou por características urbanísticas ou arquitetônicas particulares. (Idem. In CURY, 2004, p.166). (Grifo meu).

Segundo a Carta do Restauro, a finalidade das intervenções de restauração em centros históricos é garantir a permanência no tempo dos valores que caracterizam esses conjuntos. Interessante aqui é notar como o pensamento evoluiu do monumento histórico nos documentos anteriores para os Centros Históricos e, desta forma, também evoluíram as formas de intervir, pois começa a se falar em reestruturação do meio urbano, e não apenas de um edifício isolado, mas do conjunto de vários edifícios:

A restauração não se limita, portanto, a operação destinada a conservar unicamente os caracteres formais de arquitetura ou de ambientes isolados, mas se estende à conservação substancial das características conjunturais do organismo urbanístico completo e de todos os elementos que concorrem para definir tais características. (Idem. In CURY, 2004, p.166). (Grifo meu).

Os tipos de intervenção propostos pela Carta são três – reestruturação urbanística, reordenamento viário e revisão dos equipamentos urbanos – todas considerando o aspecto urbanístico:

a). Reestruturação Urbanística – tende a consolidar as relações do centro histórico com a estrutura territorial ou urbana com as quais formam unidade, liberando o centro histórico de atividades que regem efeitos caóticos e degradantes.

b). Reordenamento Viário – análise e revisão das comunicações viárias e dos fluxos de tráfego a que a estrutura estiver submetida, a fim de reduzir os aspectos patológicos e de reconduzir o uso do centro histórico a funções compatíveis com a estrutura de outros tempos, considerando mobiliário urbano moderno e serviços ligados às exigências vitais do centro.

c). Revisão dos equipamentos urbanos – Afeta ruas, praças e todos os espaços livres existentes (pátios, espaços interiores, jardins etc.), a fim de obter uma conexão homogênea entre edifícios e espaços exteriores.

Seguindo ainda com a Carta do Restauro, os tipos de intervenção nos edifícios observam duas propostas específicas: a primeira é o saneamento estático e higiênico dos edifícios, que corresponde à manutenção das estruturas e utilização equilibrada, respeitando sempre as peculiaridades tipológicas, construtivas e funcionais do edifício, evitando-se qualquer transformação que altere suas características; a segunda é a renovação funcional dos elementos internos, que é aconselhada apenas para quando for indispensável para a manutenção em uso do edifício. Neste caso, é proibida qualquer intervenção que altere suas características, como a introdução de funções que deformem excessivamente o equilíbrio tipológico-estrutural do edifício.

Para a implementação dessas intervenções, os instrumentos operativos sugeridos pela Carta do Restauro são: os planos de desenvolvimento geral para estruturar a relação entre o centro histórico e a cidade em seu conjunto; os planos parciais, relativos à reestruturação do centro histórico em seus elementos mais significativos; e os planos de execução setorial, referentes a uma edificação ou a um conjunto de elementos reagrupáveis de forma orgânica. Na cidade de Campinas, o plano diretor assume a função de “plano de desenvolvimento geral”, apresentando um pensamento que olha para a cidade como um todo único, enquanto o poder público municipal tentou adaptar um “plano parcial” (desde o mandato do prefeito Antônio da Costa Santos, no ano de 2001), prevendo melhorias urbanas para o centro. Esse plano, porém, não foi executado em sua totalidade, com apenas algumas medidas sendo tomadas, devido à mudança de gestões. Dentro desse plano para o centro, existiam também propostas pontuais para setores que significavam marcos históricos para a cidade (dentre eles o Mercado Municipal), apresentando-os como “planos de execução setorial”, o qual, no caso do Mercado, propunha melhorias tanto para a instalação do edifício, como para a praça em frente a ele, mas que não foi executado.

Após três anos do encontro italiano, ocorreu o Congresso do patrimônio arquitetônico europeu, promovido pelo Conselho da Europa em Amsterdã. Dessa reunião, resultou a **Declaração de Amsterdã** (1975), outra importante carta

patrimonial, pois é nela que se confirma o reconhecimento internacional da idéia de que a necessidade da vida deve ser correspondida nas construções antigas através de novos usos (“a reabilitação do habitat existente”), percebendo o patrimônio como um benefício social, pois já prevê ser uma arma forte no combate a um dos processos comuns nas metrópoles: a extensão dos limites urbanos da cidade em direção às áreas rurais que demonstra, pela primeira vez, a importância de garantir a conservação do patrimônio arquitetônico e a reciclagem dos mesmos junto com as metas de planejamento urbano e do planejamento físico-territorial, conforme se vê no trecho a seguir:

A reabilitação do habitat existente contribui para a redução das invasões de terras agrícolas e permite evitar ou atenuar sensivelmente os deslocamentos da população, o que constitui um benefício social muito importante na política de conservação. (Congresso do patrimônio arquitetônico europeu. Declaração de Amsterdã. Amsterdã, Outubro de 1975. In CURY, 2004, p.202)

A responsabilidade dos poderes locais para tal ação política, chamada pela Declaração de Amsterdã de “conservação integrada” por se tratar não apenas de ações preservacionista, mas também de questões sociais, urbanas e econômicas, é indicada a executar as seguintes ações, baseando nas texturas das construções – urbanas e rurais – tanto em relação às características arquitetônicas e volumétricas quanto à funcionalidade de cada edifício: além de atribuir às construções funções que, respeitando seu caráter, respondam às condições atuais de vida e garantam, assim, a sua sobrevivência, designar delegados responsáveis por todas as transações referentes ao patrimônio arquitetônico e parte das verbas para essa política.

A Declaração, assim como a Norma de Quito, vê a reabilitação do patrimônio como um vetor econômico importante para a administração pública, bem como para a iniciativa privada. Porém, no pensamento desenvolvido em Amsterdã, esse vetor vende um custo social que deve interessar aos proprietários, aos locatários e a todos que asseguram a conservação de um bairro, já que a reabilitação de um conjunto arquitetônico não necessariamente é mais onerosa do que o custo de uma construção nova em terreno dotado de boa infra-estrutura ou de um conjunto instalado em um sítio não urbanizado. Assim, a preocupação apresentada pela Declaração é referente ao custo na nova utilização do patrimônio e não em relação aos benefícios trazidos pela especulação turística no local, como mostra a Norma de Quito. Para que esses

gastos sejam customizados a fim de não elitizar a prática da conservação e preservação, a Declaração de Amsterdã apresenta uma metodologia, demonstrando que é possível agir através de um custo social:

Seria necessário empreender pesquisas para confecção de um catálogo de métodos e de técnicas utilizados e, para isso, criar instituições científicas que deveriam cooperar estreitamente entre si. Esse catálogo deveria ser posto à disposição de todos os interessados, o que favoreceria a reforma das práticas de restauração e de reabilitação. É absolutamente necessário dispor de melhores programas de formação de pessoal qualificado. Estes programas deveriam ser flexíveis, multidisciplinares e compreender um aprendizado que permita adquirir uma experiência prática sobre a matéria. (Idem. In CURY, 2004, p.210). (Grifo meu).

Em comemoração ao ano europeu do patrimônio arquitetônico, foi escrito o **Manifesto de Amsterdã**, também dedicado a mostrar a importância da conservação e restauração para se transmitir uma parte essencial da memória às gerações futuras, lembrando ainda que o patrimônio arquitetônico é um capital espiritual, cultural, econômico e social, cujos valores são insubstituíveis. A importância nessa transmissão é principalmente porque cada geração dá uma interpretação diferente ao passado e dele extrai novas idéias. A humanidade seria amputada de uma parte da consciência de sua própria continuidade, caso não fosse possível essa transmissão (CURY, 2004, p.213).

Também denota sobre a relação do monumento com seu entorno: durante muito tempo só se protegeram e restauraram os monumentos mais importantes, sem levar em conta o ambiente em que se inserem. Ora, eles podem perder uma grande parte de seu caráter se esse ambiente é alterado. (CURY, 2004, p.212).

Assim, é possível verificar a preocupação internacional, na década de 70, com o valor educativo dos patrimônios e, por isso, havia também a preocupação em se manter vivos os testemunhos de todas as épocas e de todas as experimentações, tanto em sua riqueza autêntica, quanto em sua diversidade. (CURY, 2004, p.214).

Em 1980, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios promoveu um encontro na Austrália, o qual resultou em um documento – a **Carta de Burra** – que explica os objetivos das ações mais usadas no meio preservacionista. A Carta de Burra tem como principal tema a questão do novo uso do edifício não vir a mudar a significação da sua característica local. Para isso, esclarece os

objetivos de cada ação patrimonial fazendo com que não haja mais dúvidas sobre os processos a serem utilizados em relação a cada caso de intervenção: Restauração, Preservação, Conservação, Reconstrução e Adaptação - evitando assim, que se use de maneira enganosa os termos relacionados às ações preservacionistas.

Com isso, na década de 80, já se tinha definições muito mais claras com relação às intervenções de preservação e conservação em patrimônios do que nos séc. XVIII e XIX, quando começaram os questionamentos sobre o assunto, com muito mais amadurecimento e definição para se usar nos dias atuais.

É possível perceber que os diferentes documentos internacionais escritos ao longo dos anos justificam repetidamente a necessidade de se criar métodos para auxiliar nas políticas de preservação. Porém, poucas das Cartas realmente tentam traçar caminhos efetivos para a melhoria da gestão patrimonial.

Destaca-se, assim, a Carta de Restauo, ao criar um “manual do restaurador”, que explica mais detalhadamente como deveriam ser as ações no caso da conservação dos centros históricos, apresentando, por exemplo, os diferentes níveis de planos urbanos como uma metodologia eficaz para melhorar a aplicação de políticas públicas com relação à cidade e aos seus centros históricos. Além dela, a Declaração de Amsterdã também propõe métodos de como tornar os custos do restauro acessíveis a todos, sem distinção de classe social, e mostra com clareza que um meio de conseguir eficácia na preservação é a integração das políticas patrimoniais com as políticas de planejamento urbano, através de propostas, tratando-se do Plano Diretor Municipal, para evitar o limite do crescimento urbano, a fim de valorizar as construções já existentes nos centros históricos urbanos e sua efetiva utilização pela população.

Portanto, esses documentos permitiram que a preocupação com o patrimônio e sua passagem para as futuras gerações pudessem ser debatidos, auxiliando em definições mais precisas dos termos utilizados e desenvolvendo metodologias aplicáveis tanto pelas políticas públicas como pela iniciativa privada.

No Brasil, como reflexo, houve a formulação, em 1937, de uma política de gestão patrimonial federal. Após isso, apenas na década de 70, foram criadas instituições nos três níveis (federal, estadual e municipal) para promover a descentralização do sistema de preservação, que desde 1937 era resolvido

exclusivamente através do órgão federal. Porém, ainda hoje, o Brasil não apresenta políticas sólidas em relação à conservação dos centros históricos urbanos, pois não há uma regulamentação específica para a gestão do patrimônio ambiental urbano brasileiro, não tendo evoluído quase nada desde 1937.

Na gestão patrimonial municipal de Campinas, assim como no estado de São Paulo, a formulação de uma regulamentação inseriu termos relacionados à visibilidade, ambiência e área envoltória do bem tombado, estendendo a proteção do monumento a toda a região. Apesar disso, existe ainda muita falta de clareza com relação a esses quesitos, fazendo com que sejam geradas áreas “congeladas” no desenvolvimento urbano dos centros históricos.

No próximo capítulo, serão apresentadas essas práticas de maneira a justificar esse pensamento e explicar os acontecimentos na história da gestão patrimonial brasileira, que se desenvolveu graças ao reflexo que as Cartas Patrimoniais tiveram para os Compromissos firmados em Brasília e Salvador (na década de 70), dos quais falaremos a seguir.

5. As iniciativas da gestão patrimonial no Brasil.

O conhecimento dos processos sociais de apropriação da natureza, espaços ou edificações é fundamental para o norteamento das políticas de preservação. É a partir desses processos, em seus aspectos simbólicos e práticos, que elas podem contribuir para o fortalecimento da cidadania pois é nos lugares apropriados ao espaço urbano pela vida cotidiana que brotam, florescem e frutificam as raízes do pertencimento.

*Antonio Augusto Arantes Neto*²².

Seguindo modelos importados especialmente da França e da Itália, através da instituição do processo conhecido por catalogação compulsória foi como começou a elaboração de uma legislação preservacionista no Brasil, a partir da década de 20. Em 13 de Janeiro de 1937, o Ministério da Cultura do Governo de Getúlio Vargas promulgou o Decreto n. 25/37, através de um anteprojeto escrito por Mário de Andrade, regulamentando o mecanismo de tombamento e criando o SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - atual IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.²³ Porém, apesar de já na década de 20 o Estado brasileiro se preocupar com o patrimônio, o então gestor desse órgão, o arquiteto Lúcio Costa, não considerava alguns dos estilos arquitetônicos importantes para a preservação, permitindo a demolição de muitos exemplares desses estilos que, para ele, não tinham grande significado.

Em um texto escrito por Lúcio Costa, publicado pela *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional* em 1937, durante sua gestão no IPHAN – Instituto do Patrimônio Artístico Nacional – é possível perceber o seu pensamento sobre a arquitetura eclética em relação ao patrimônio nacional: ele a considerava uma mentira ao procurar elementos plásticos para decorar a arquitetura que não tivessem uma tradição anterior, um porquê de se fazer dessa maneira e de se usar tais elementos. Seu interesse estava em conhecer a fundo a cultura colonial, acreditando que essa era a verdadeira e única marca da cultura brasileira. Ainda

²² ARANTES, Antonio Augusto. *O Patrimônio Cultural e Seus Usos nas Cidades Contemporâneas* (Comentário sobre o texto de Ulpiano B. de Meneses). In *PATRIMÔNIO: Atualizando o debate*, São Paulo, 9ª SR/IPHAN, 2006, pág.57.

²³ Mais informações no site: www.iphan.gov.br

no mesmo texto, ele apresentou uma preocupação com a formação dos futuros arquitetos e criticou severamente estilos que traziam repertórios de outros países. Sobre o Ecletismo que vinha se fazendo naquela época, ele escreveu:

Do encontro desses dois indivíduos – o proprietário, saído do cinema a sonhar com a casa vista em tal fita, e o arquiteto, saído da escola a sonhar com a ocasião de mostrar suas habilidades – o resultado não fez esperar: em dois tempos transferiram da tela para as ruas da cidade – desfigurados, pois haviam de fazer “barato” – o “bungalow”, a casa espanhola americanizada e o castelinho. (COSTA, Lúcio. Documentação Necessária, In *Revista do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*, n.01, IPHAN, 1937).

Assim, é notório que havia por parte dos gestores do IPHAN um profundo desinteresse em relação à arquitetura eclética, principalmente por representar a arquitetura estrangeira presente no Brasil, não a considerando uma verdadeira arquitetura brasileira. Foi então por esse motivo, que ao decidir o que deveria ser tombado nas décadas de 20 e 30 do século XX, não fez questão de preservar os exemplares ecléticos ainda presentes naquela época e assim, atualmente nas cidades brasileiras permaneceram poucos exemplares desse estilo arquitetônico, mesmo que estes signifiquem a arquitetura de referência para uma época da história brasileira. Na cidade de Campinas, o Mercado Municipal, projetado em estilo mourisco pelo engenheiro-arquiteto Ramos de Azevedo, pode ser considerado um dos únicos edifícios ecléticos remanescentes na cidade.

No ano de 1970, baseado nos ideais das Cartas Patrimoniais internacionais, ocorreu o **Primeiro Encontro de Governadores de Estado, Secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais na esfera nacional**, realizado em **Brasília**, no qual foi proposta a criação, onde não havia, de órgãos municipais e estaduais adequados, articulados devidamente com os Conselhos Estaduais de Cultura e com a DPHAN; sendo que, em 1968, criou-se o órgão de nível estadual para São Paulo, o CONDEPHAAT. Além disso: a criação de cursos visando à formação de arquitetos, restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos de diferentes especialidades, orientados pelo DPHAN e pelo Arquivo Nacional e a criação dos cursos de nível superior; a conservação do acervo bibliográfico, a instrumentação e a valorização desse patrimônio; a promoção e divulgação do acervo dos bens

culturais de cada município, utilizando-se, para esse fim, os vários meios de comunicação de massa, tais como a imprensa, o rádio, o cinema, a televisão.

Apesar de existir um empenho por parte dos governantes, após este encontro em Brasília, uma medida que de fato melhoraria os processos de preservação no Brasil não foi citada: a legislação preservacionista seria muito mais eficaz se agisse juntamente com a legislação de uso e ocupação do solo, pois a questão patrimonial também exerce sua influência no urbanismo da cidade. Até os dias atuais não existe no Brasil um plano urbano que “caminhe” junto com a preservação. Assim, segundo o autor Ulpiano B. de Meneses, em relação à gestão patrimonial brasileira: “A legislação, as instituições e as práticas deveriam operar tendo como quadro o território da cidade e seus atributos diferenciais e, como alvo, criar condições favoráveis para qualificar as práticas de seus cidadãos”. Ainda segundo o autor, a legislação de preservação do patrimônio sempre deveria agir juntamente com a legislação de uso e ocupação do solo, pois “a problemática do patrimônio ambiental urbano – por natureza, urbanística – nunca poderia ser resolvida a contento de uma legislação de patrimônio cultural autônoma e independente de uma legislação de uso e ocupação do solo”, pois criaria um descompasso essencial na cidade. (MENESES, 2006). O antropólogo José G. C. Magnani, ao comentar o artigo de Meneses, na Revista Patrimônio, concorda com o autor do artigo em relação à idéia de que a preservação se insere no quadro da ordenação urbana:

(...) pois é nessa relação [da área envoltória e do bem tombado] que mais se evidenciam os problemas entre a preservação e a ordenação urbana e é aí onde os órgãos de preservação se vêm particularmente desaparelhados, isolados e desprovidos de poder de intervenção. MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Os diferentes Planos da Cidade Como Bem Cultural*. (Comentário sobre o texto de Ulpiano B. Meneses). In *PATRIMÔNIO: Atualizando o debate*, São Paulo, 9ª SR/IPHAN, 2006, pág.62.

O **segundo encontro de governadores para a preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil**, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, aconteceu no ano de 1971, na cidade de **Salvador**. Foi então firmado o **Compromisso de Salvador**, que ajudou para complementar as idéias colocadas durante o primeiro encontro: a criação do Ministério da Cultura e de secretarias ou fundações da cultura no âmbito estadual; a criação de legislação visando à visibilidade do bem tombado, para atendimento

do conceito de ambiência; a criação de legislação para os conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências; a relação entre os órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo e os problemas da valorização; utilização e divulgação dos bens naturais e de valor cultural especialmente protegido por lei; e, por último, propôs o financiamento de projetos de pesquisas e formação de pessoal especializado, com vistas ao estudo e à proteção dos acervos naturais e de valor cultural através dos órgãos competentes. Ambos os Compromissos (de Brasília e de Salvador), utilizaram conceitos e propostas já discutidas nas Cartas Patrimoniais internacionais para fazer valer em território nacional a organização de uma política patrimonial sólida.

Em virtude dos Compromissos brasileiros assinados em nome da preservação (Brasília, em 1970, e Salvador, em 1971), em 1979, a **Lei Municipal de Campinas 4.886** criou o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas.²⁴ Essa lei foi substituída, em 1987, pela **Lei Municipal de Campinas 5.885** sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município de Campinas, que além de especificar as competências e a composição do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC), ainda discorria sobre a proteção e a inspeção dos bens tombados, bem como de seu entorno, em um raio de 300 metros. Essa preocupação com a área envoltória é adquirida a partir de discussões apresentadas nas Cartas Patrimoniais sobre a ambiência do bem tombado, como por exemplo, o Manifesto de Amsterdã (1975), ao apresentar considerações sobre a relação do monumento e seu entorno, pois de nada adianta preservar o monumento, se o seu ambiente é alterado, gerando uma descaracterização também para o bem tombado.

Contudo, no estado de São Paulo e na cidade de Campinas, foi inserido esse conceito dos 300 metros de raio do patrimônio, de forma generalizada e sem grandes critérios, causando dificuldades no desenvolvimento urbano das cidades devido à necessidade de verificação dos órgãos da gestão patrimonial em relação a qualquer modificação nos lotes que se encontram dentro desse perímetro demarcado por eles.

²⁴ Pode-se saber mais sobre a história do órgão e suas ações em Campinas em: CONDEPACC. *Patrimônio Cultural: Entenda e preserve*, Prefeitura Municipal de Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/cultura/patrimonio/publicacoes/>

Em todo o Brasil, na década de 60, estavam começando ações em prol da restauração e da conservação arquitetônica e de sítios urbanos. No ano de 1968, o Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) nascia de um pensamento preservacionista nacional. Apesar disso, em Campinas (cidade do interior paulista) só houve uma apuração maior sobre isso após a década de 80, quando, através da **Lei Municipal 5.885**, o órgão destinado a gestão patrimonial no âmbito municipal foi criado e também se estabeleceu os critérios de proteção dos bens.

Essa preocupação com a visibilidade do bem tombado nos permite perceber na gestão patrimonial uma atenção aos monumentos segundo a preocupação presente na **Norma de Quito** (1967) e no **Compromisso de Salvador** (1971), que passou a agregar ao bem tombado o conceito de **ambiência** para proteger conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e sua visibilidade.

Ainda no ano de 1987, foi criada a *Carta de Petrópolis*, que se expressou favorável a polifuncionalidade dos sítios históricos urbanos, lembrando que a “preservação não deve dar-se à custa de exclusividade de uso, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo necessariamente, abrigar os universos do trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural” (CURY, 2004). Com isso, ela vai contra a *Norma de Quito*, pois coloca que o novo uso das edificações de um sítio histórico não deve ser em função de um uso cultural, dando fundamental importância na utilização dos sítios históricos urbanos para moradias, diante do déficit habitacional brasileiro, fazendo com que a população residente não seja desalojada, garantindo sua permanência no local, bem como as suas atividades tradicionais, para garantir a ambiência do bem tombado. (1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos. *Carta de Petrópolis*. Petrópolis, 1987. In CURY, 2004, pág. 286).

Sobre a funcionalidade atribuída aos patrimônios arquitetônicos, o autor e gestor de órgãos de preservação no Brasil, Antonio A. Arantes, em seu comentário referente ao artigo de Meneses publicado na *Revista Patrimônio* (2006), também contesta a idéia apresentada tanto pela *Norma de Quito* (1967), concordando com a *Carta de Petrópolis* (1987), em relação à alteração de função

do patrimônio. Para Arantes, certas edificações tornam-se indissociáveis dos usos e valores que lhes são associadas, pois o verdadeiro papel do patrimônio é agregar e integrar aspectos físicos e simbólicos, gente e território (ARANTES, 2006), sendo, então, importante respeitar os usos originários das edificações ao invés de criar novas funções que alimentariam o consumo cultural. Além disso, o autor diz que a preservação é uma prática social, a qual tem como resultado o patrimônio cultural. Por isso, deveria ocorrer apenas em determinados contextos, nos quais haja motivação e estratégia vindas de forças sociais (ARANTES, 2006), ou seja, deveria agir por um interesse da coletividade e para ela mesma e não para ser usada por uma minoria; sendo assim, é impossível pensar a prática da preservação exercendo uma função capitalista.

Essa Carta foi o resultado do primeiro **Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos**; teve grande importância na percepção da cidade como uma somatória de camadas, que vão se sobrepondo após o esgotamento das funções de cada uma delas:

A cidade enquanto expressão cultural, socialmente fabricada, não é eliminatória, mas somatória. Nesse sentido, todo espaço edificado é resultado de um processo de produção social, só se justificando sua substituição após demonstrado o esgotamento de seu potencial sócio-cultural. Os critérios para avaliar a conveniência desta substituição devem levar em conta o custo sócio-cultural do novo. (Seminário brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos. Carta de Petrópolis. Petrópolis, 1987. In CURY, 2004 p.285).

No centro da cidade de Campinas existem camadas de épocas distintas que vão se somando, formando, assim, o centro de uma cidade metropolitana. Pode-se notar a interação das diversas épocas: desde casarões imponentes que representavam o alto poder econômico dos cafeicultores do séc. XIX e edificações mais simples de moradias e comércio, até edifícios com até seis andares da legislação vigente no Plano de Melhoramentos de Prestes Maia, já a partir da década de 1930, e até os prédios mais altos, dotados de tecnologia dos dias atuais.

Em 1991, foi publicado o **Decreto Municipal de Campinas n.10.424** sobre a regulamentação das áreas envoltórias de bens tombados de Campinas e sobre as zonas de preservação correspondentes, delimitando o Centro Histórico de Campinas pelo polígono que se define pelas seguintes ruas e avenidas: Major Sólton, Anchieta, Irmã Serafina, Moraes Sales, José de Alencar, Ferreira

Penteado, José Paulino, Benjamin Constant, Francisco Glicério, Isolete A. de Souza Aranha, Sacramento, Catorze de Dezembro, Dr. Quirino, Santos Dumont e fechando novamente na Rua Major Sólon. Assim, esse polígono delimitando uma das áreas de estudo da preservação urbana da cidade “deverá passar por um processo de recuperação, revitalização e planejamento visual, para que se permita o seu reconhecimento e ambientação enquanto centro histórico e para garantir visibilidade adequada aos imóveis preservados por este decreto” (Decreto nº10.424 de 06 de Maio de 1991, publicado pelo CONDEPACC), conforme define a legislação. Além disso, ela apresentou um zoneamento de preservação para o Centro Histórico definindo os seguintes tipos de edificação para essa área:

ZP 0 - São permitidas somente edificações térreas.

ZP 1 - São permitidas edificações com térreo mais um pavimento, desde que a altura máxima do edifício não ultrapasse 8,00 metros.

ZP 2 - São permitidas edificações com térreo mais dois pavimentos, desde que a altura máxima do edifício não ultrapasse 11,00 metros.

ZP 3 - São permitidas, no máximo, edificações com térreo, mais três pavimentos, admitindo-se a existência de um mezanino.

ZP 4 - São permitidas, no máximo, edificações com térreo e mais 6 pavimentos.

ZP 5 - Liberadas para o zoneamento vigente

Esse Decreto explicou também a que objetivos o *Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC)* visa em seus projetos de preservação e conservação:

- a) Não comprometimento da visibilidade do bem tombado;
- b) Que a proposta de edificação vise a atender às finalidades sociais, além daquelas de interesse do requerente;
- c) Que o projeto contribua para o aperfeiçoamento da qualidade arquitetônica, bem como da paisagem urbana.

O Decreto 10.424 instituiu que o processo de tombamento deverá conter um estudo de viabilidade técnica, o qual contém um projeto, um memorial descritivo e as justificativas das necessidades da preservação do bem referido no processo. Com esses documentos apresentados ao Conselho, seus membros debaterão e definirão pela maioria absoluta dos votos de seus Conselheiros o destino do bem.

A legislação municipal de Campinas, durante a década de 1990, foi criando meios de gerir o patrimônio. Essa tentativa se exprime, em 1996, na aprovação da Lei Municipal 9.149 de Campinas que estabeleceu a graduação de tipos de proteção, para diferenciar cada ação de conservação, dando graduações diferentes para cada um deles. O órgão responsável avalia o bem no momento em que esse solicitar tombamento; porém a todos os graus é considerado o limite de 300 metros para avaliação de visibilidade e ambiência do bem:

- Grau 1: aplicável aos bens imóveis de alto valor histórico, arquitetônico e ambiental, determinando preservação integral, também em relação a função que deve ser compatível com as de sua construção.

- Grau 2: aplicável aos bens imóveis de alto valor histórico, arquitetônico e ambiental, cuja importância não abrange todo o bem, determinando que a preservação seja apenas na parte de interesse e não em todo o bem.

- Grau 3: aplicável aos bens imóveis de alto valor histórico, arquitetônico e ambiental, cujo principal valor reside em suas características externas ou de fachada, por isso determina que a preservação se refira apenas a esses componentes arquitetônicos externos e cobertura. As edificações poderão sofrer alterações internas desde que respeitadas as restrições anteriores.

Em relação às multas, o **Decreto Municipal n.10.073 de 1990** impôs penalidades a cada caso de desrespeito às normas do CONDEPACC, chegando ao pagamento de 50% do valor da obra caso haja mutilações, destruição ou modificação dos bens tombados. Incentivos fiscais também foram propostos na **Lei Municipal 12.445 de 2005**, que estabeleceu a isenção de IPTU para imóveis

tombados pelo CONDEPACC, além de existirem incentivos estaduais (Lei de Incentivo à Cultura) e federais (Lei Rouanet).²⁵

Pode-se ver que a organização da gestão pública dos patrimônios no Brasil é particularmente recente, principalmente no nível municipal, o que faz acreditar que o seu sistema de trabalho ainda está em processo de estruturação. É recente também a inclusão de contextos urbanos na prática de preservação, sendo que grandes projetos urbanos ditos para preservar os centros (como nos centros históricos de Salvador e Recife), aconteceram na década de 1990, mas antes disso, pouco se ouvia falar desse tipo de requalificação no Brasil.

A inclusão de sítios históricos urbanos em programas de preservação hoje evidencia a importância da agregação do valor simbólico aos sítios urbanos, identificando o sentido de lugar daquele território.

Apesar dessa evidência, o autor Antonio Arantes Neto, ao comentar o artigo de Ulpiano B. Meneses na *Revista Patrimônio* (2006), se coloca contrário em relação ao processo de “desterritorialização”, existente na atual conjuntura, pois, segundo ele, os vínculos da população com o território, que atribuem valor simbólico a ele, são refeitos sempre por não existir pessoa que viva sem o sentido de lugar:

A ruptura dos vínculos permanentes e supostamente necessários com o território de origem não significa necessariamente *desferro*. Isto por que não se vive em abstrato, no vácuo, mas efetivamente em determinado marco espaço-temporal onde os vínculos de localização, os ritos do lugar, são constantemente refeitos. (ARANTES, Antonio Augusto. *O Patrimônio Cultural e Seus Usos nas Cidades Contemporâneas*. In *PATRIMÔNIO: Atualizando o debate*, São Paulo, 9ª SR/IPHAN, 2006, pág.57).

Portanto, apesar da política patrimonial brasileira ser bastante antiga, datando de 1937 o *Decreto nº. 25* que regulamentava a criação da instituição federal e a ação do tombamento no Brasil, foi grande a espera para se perceber a descentralização dessa política, acontecendo apenas na década de 1970. Mais que isso, a gestão patrimonial brasileira passou a integrar em suas ações os sítios históricos urbanos apenas após a década de 1980 com a *Carta Petrópolis* (1987), que tratou a importância da polifuncionalidade, através da preservação dos universos do trabalho e do cotidiano nos projetos de requalificação de sítios

²⁵ Mais informações em: RIBEIRO, Daisy Serra. *Patrimônio Cultural: Entenda e Preserve*, Edição Rev., CONDEPACC, Prefeitura Municipal de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em www.campinas.sp.gov.br/cultura/patrimonio.

históricos urbanos, a fim de rememorar acontecimentos e a estrutura urbana a qual a cidade se desenvolveu.

Porém, A. Arantes afirma que na inexistência de uma ligação com a memória, o ser humano em sua essência consegue refazê-la sempre que necessário. É por essa razão que a gestão patrimonial trabalha e tenta fazer com que as cidades que tenham importância histórica não cheguem a ponto de terem que ser recriadas por completo. As suas camadas fazem parte da sua história e do pertencimento de sua população: camadas antigas, novas e aquelas que ainda não existem, vão se somando e se sobrepondo, mas nunca apagando a identidade deixada pela camada anterior. É desta maneira que, conforme várias Cartas Patrimoniais solicitam, as gestões patrimoniais no Brasil estão fazendo (ou tentando fazer) com que as cidades deixem para as gerações futuras os testemunhos históricos das transformações de cada época das cidades brasileiras.

Sobre a gestão patrimonial estudada aqui, o próximo capítulo mostrará as opiniões de estudiosos contemporâneos, apresentando conceitos e definições. Apresentam-se nele também alguns casos de requalificação citados neste estudo, como por exemplo, o bairro do Recife Antigo, para exemplificar formas duvidosas de preservar um sítio histórico urbano, permitindo uma verificação de como se dava a gestão patrimonial brasileira na década de 1990 e, assim, quais os conceitos que evoluíram desta data para os dias de hoje.

6. O Monumento Histórico na Cidade Contemporânea.

Chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos e crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (...) É uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranqüiliza, conjurando o ser do tempo.

Françoise Choay²⁶

Este capítulo investiga pensamentos, idéias e opiniões acerca do monumento histórico e da sua preservação na cidade contemporânea, a fim de verificar a interação existente no encontro desses dois tempos: passado e presente. É importante lembrar que essa investigação tem fundamental ligação com os objetos de estudo dessa pesquisa – o Mercado Municipal e a cidade de Campinas – fundindo assim o “Monumento Histórico” e a “Cidade Contemporânea” em um único tema.

Por isso, entender como alguns estudiosos estão percebendo a questão da gestão patrimonial no mundo, muitas vezes com opiniões divergentes, é essencial para esclarecer esses propósitos acerca desse assunto, mostrando que esse não é um tema fechado e permitindo interpretações desde as mais “românticas” e idealistas até as mais “realistas”, que vêem soluções para essa questão nas situações empíricas. Entretanto, todas as opiniões debatidas aqui são fundamentais para nos dar uma visão “esférica”, a qual nos faz ver várias formas diferentes de pensar e enxergar a questão patrimonial na cidade contemporânea.

²⁶ CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*, tradução de Luciano Viera Machado – São Paulo, Editora UNESP, 2001, pág.18.

A socióloga francesa Françoise Choay traz luz para a definição de Monumento e expressa a necessidade de propagar no presente e no futuro um “passado invocado, convocado e de certa forma encantado” para “tranqüilizar”, “acalmar” e “assegurar” a comunidade a qual tem sua memória invocada através da presença do monumento na cidade contemporânea (CHOAY, 2001).

É possível ver, na colocação do urbanista italiano Bernardo Secchi, como se faz necessário essa interação entre a memória – trazida com a preservação do monumento – e a cidade, como percebeu Choay, pois:

O mundo contemporâneo, ainda que mais livre [do que o mundo moderno], para muitos, mostra-se confuso, dominado pelo caos, desprovido de forma, incompreensível e imprevisível; por isso, causa de um novo e difuso mal-estar individual e coletivo. (SECCHI, Bernardo. *Primeira Lição do Urbanismo*, (trad. Marisa Barda e Pedro M. R. Sales) Editora Perspectiva, Série Debates, São Paulo, 2006, pág.86/87).

Essa incompreensão e confusão que caracterizam a cidade contemporânea ocorrem devido à herança de outras cidades em seu desenvolvimento (a cidade antiga, a cidade colonial, a cidade renascentista, a cidade moderna etc), pois surge de um processo, chamado por Bernardo Secchi, de “seleção cumulativa”:

Segundo uma concepção da história, pelo menos daquela que trata da cidade e do território como processo de seleção cumulativa, em que o presente é o resultado do depósito de uma longa série de práticas que levaram a destruir, modificar, conservar ou construir *ex novo* algo que antes nem podia ser imaginado, as passagens de uma época a outra, por exemplo, da cidade moderna à cidade contemporânea, nunca são improvisadas; cada forma desenvolvidas contém, dentro de si, resquícios das formas precedentes. (SECCHI, Bernardo. *Primeira Lição do Urbanismo*, (trad. Marisa Barda e Pedro M. R. Sales) Editora Perspectiva, Série Debates, São Paulo, 2006, pág.87).

Desta forma, o cenário urbano contemporâneo apresenta lugares de “mescla e diversificação” (SECCHI, 2006), sendo também o lugar das contradições, contendo, por exemplo, o velho e o novo, o antigo e o moderno, a memória e o presente. Essas oposições que estão presentes na cidade estabelecem a relação dela com os seus Monumentos, demarcando o “lugar” de sua identidade.

Segundo Choay, o conceito *lugar* é usado para auxiliar no entendimento da questão da memória, pois guarda as características simbólicas de uma crença, ou

um rito, ou qualquer tradição de importância fundamental em ser preservada, garantindo a sua continuidade. O grande patrimônio que as cidades têm hoje é a sua cultura, definida pela suas formas de assentamentos no espaço, construções arquitetônicas, tradições culinárias, religiosas, de vestimentas etc (CHOAY, 2001).

Segundo a autora Maria Cecília Fonseca, no texto publicado no livro *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*, organizado por Regina Abreu e Mário Chagas, a função do patrimônio se realiza quando é fundamentada em critérios técnicos e políticos visto que a “representatividade” dos bens seja essencial para ela no sentido de que os diferentes grupos sociais passam a se reconhecer no repertório da diversidade social do país. Por esse motivo, o tombamento e outros processos legais, na visão da autora, não são suficientes para assegurar que um bem venha a cumprir efetivamente sua função de patrimônio cultural junto a uma sociedade. (In ABREU, 2003).

Esses processos de transformação de uma cultura em culto ao patrimônio permitem que várias análises sejam feitas com relação à sua eficiência, bem como com relação ao que se pode chamar de monumento. A autora francesa a autora de *Alegoria do Patrimônio*, Françoise Choay diz que os monumentos históricos se diferenciam dos simples monumentos, devido à característica de memorável que lhes é dada com o passar do tempo e da sua permanência na tradição dos lugares:

O Monumento é uma criação deliberada cuja destinação foi pensada *a priori*, enquanto que o Monumento Histórico não foi desde o início desejado e criado como tal. Ele é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que os seleciona na massa dos edifícios existentes. Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial (CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*, tradução de Luciano Viera Machado – São Paulo, Editora UNESP, 2001, p.25).

Atualmente, ainda segundo Choay, pode-se falar de um “culto ao monumento histórico” que se concretiza pelo crescimento do chamado “turismo cultural” ou “de massa”, o qual faz com que cada vez mais pessoas visitem os monumentos históricos e tratem-nos como produtos de consumo cultural:

A cultura perde seu caráter de realização pessoal, torna-se empresa e logo indústria. (...) Por sua vez, os monumentos e os

patrimônios históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer - postas a disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos pra serem consumidos (Idem, In CHOAY, 2001, p.211). (Grifo meu).

O autor Ulpiano B. de Meneses também trata do culto ao patrimônio, percebendo a diferença entre a lógica da cultura e a lógica de mercado e dos usos para o patrimônio, concorda com Choay e acrescenta que tanto o cotidiano quanto o trabalho, geralmente excluídos pelos usos culturais, deveriam estar junto com a lógica cultural:

Cálculos de investimento/retorno/custo/benefício só são legítimos, no campo da cultura, se esses termos todos forem determinados segundo hierarquia fundamentada na lógica cultural. Por certo, não se trata nem de ignorar os efeitos econômicos da ação cultural, nem de excluir do campo da cultura a gestão de tipo empresarial: não há por que, nesse campo, eximir-se da obrigação da eficácia e racionalidade operacional. O que estará sempre em causa, porém, são os objetivos explícitos ou subjacentes que tais procedimentos implicam. Desta agudeza na identificação de suas finalidades como matriz das prioridades e direcionamentos é que depende a alternativa preferencial da cultura, inserida sempre no mercado: servir-se dele ou servir a ele. Finalmente, reconheça-se que, se essa visão da cultura como produtos ou segmentos definidos a partir de atributos que lhes seriam intrínsecos não dá conta do fenômeno cultural, tais produtos podem, contudo, ser aceitos como “encarnações saturadas” da matriz cultural. Não devem ser excluídos, portanto, obviamente, mas também não devem por si só definir hierarquias e prioridades. Mais que tudo, não devem excluir ou minimizar as áreas seminais da cultura: o cotidiano e o mundo do trabalho. (MENESES, Ulpiano B. de. *A cidade como bem cultural – Áreas Envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcances na preservação do patrimônio ambiental urbano*, In *PATRIMÔNIO: Atualizando o debate*, São Paulo, 9ª SR/IPHAN, 2006, pág.39).

Em relação a isso, segundo a autora Choay, a valorização dos monumentos históricos apresenta duas tendências ambíguas entre si: uma é a condição de se fazer reconhecer respeitosamente um determinado bem (material ou imaterial) reconhecendo o valor simbólico e a outra, um signo de rentabilidade – o valor de mercado, com práticas de intervenção já condenadas desde o séc. XIX pelos restauradores. (CHOAY, 2001). A Norma de Quito é a primeira a expor a idéia de que os monumentos poderiam promover uma valorização, influenciando positivamente o setor financeiro das cidades, porém existem estudos hoje que mostram, assim como expõe a autora Choay, que essa

influência é negativa para a memória do lugar, pois isso significa uma inversão de valores em relação ao fato memorável do monumento.

O autor francês Henry Pierre Jeudy percebe que esse processo está associado a uma contradição existente: “O valor simbólico se dá através da veneração que se cria quando esse patrimônio está em vias de desaparecer, causada pelo medo de perdê-lo e criando, assim, um efeito de eternidade”. (JEUDY, 2005, pág.18).

Já o historiador social Haroldo L. Camargo relaciona o valor simbólico com a memória coletiva e desta forma, exclui vários bens considerados monumentos de ser realmente um destes, pois a eles não tem atribuído um valor simbólico, concordando com a visão de Choay:

O valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribui a memória coletiva. E é esta memória que nos impele a desvendar seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento. (CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*, Coleção ABC do Turismo, Editora Aleph, São Paulo, 2002).

As ações que fazem com que ocorra essa “valorização” do monumento histórico tornando-o um “produto econômico” vão desde a restauração até a reutilização do mesmo, passando pela “animação cultural”: música, vídeo, e interatividade virtual com os espectadores e promoção de eventos refinados no local. A “banalização do patrimônio” se utiliza de recursos “virtuais” e alienantes a ele, para atrair os olhos das pessoas para esse novo empreendedorismo público.

Segundo Choay, esse seria o principal grande problema desse tipo de “restauração”, pois ao se criar uma “nova realidade” para o espaço histórico, aquele espaço passa a ser secundário frente a grandes espetáculos, desfiles, apresentações teatrais e musicais. Ou seja, passa a ser outro espaço e não aquele com as características culturais e seu valor imaterial principal, que um dia pôde ali estar registrado e que se desejou, através da “restauração” desse bem histórico, que não saísse da memória local e do conhecimento dos visitantes. Em relação a essa animação cultural, Choay diz:

O edifício entra em concorrência com um espetáculo ou um ‘evento’ que lhe é imposto, em sua autonomia. Associam-se exposições, concertos, óperas, representações dramáticas,

desfiles de moda ao patrimônio histórico, que os valoriza; este, por sua vez, pode em decorrência dessa estranha relação antagônica, ser engrandecido, depreciado ou reduzido a nada (Idem In CHOAY, 2001, p.217).

Ainda segundo a autora, essa situação também está contribuindo para a degradação do patrimônio. Isso se deve ao grande número de visitantes que por ali passam todos os dias, causando danos irreversíveis aos monumentos históricos por não terem sido projetados para o grande volume de visitantes.

Ao contrário de Choay, Henri Pierre Jeudy acredita em outra forma de se garantir a manutenção da memória, ao dizer que o passado não será abolido, se tudo o que se vive for atualizado (JEUDY, 2005).

Jeudy chama de “Processo da Reflexibilidade” o processo que considera dar as estratégias de conservação, um sentido e uma finalidade. Consiste em promover a visibilidade pública dos patrimônios e dos locais, assegurando a estrutura simbólica de uma sociedade. (é baseado na necessidade da sociedade de se olhar no espelho para assegurar a perenidade de sua ordem simbólica):

Para que exista um patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura (JEUDY, Henri Pierre. *O Espelho das Cidades*, Ed. Cada das Palavras, Rio de Janeiro, 2005, p.19).

Desta forma, as colocações de Jeudy apresentam a visão de que ao tornar os patrimônios atrativos e atualizados, sempre acaba sendo uma forma possível de se preservar ao fazer com que o patrimônio cultural ganhe mais visibilidade pública e assim, o interesse da sociedade que o detém. Por outro lado, Choay trata a criação de eventos junto a esses monumentos históricos, como forma de banalizar os próprios edifícios, principalmente quando os visitantes vão até lá apenas pelo eventual e não pela história que sempre esteve ali.

A autora M. Cecília Fonseca, no texto publicado por Regina Abreu e Mário Chagas, pondera entre Choay e Jeudy, explicando que apenas o tombamento e os processos legais não asseguram que o monumento exerça sua função de patrimônio em uma sociedade, havendo a necessidade, assim como apresenta Jeudy, de novos atores e instrumentos para promover a preservação na cidade contemporânea:

O processo de releitura da questão do patrimônio não se esgota no nível conceitual. Implica, sim, o envolvimento de novos atores e a busca de novos instrumentos de preservação e de promoção. Frente a esse novo quadro, muito mais complexo e desafiador, é fundamental que se formulem e se implementem políticas que tenham como finalidade enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais, sem que se perca de vista os valores que justificam a preservação. (FONSECA, Maria Cecília. In ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos*, Ed. DP&A, R.J., 2003, pág.75).

Isso mostra a real necessidade do entendimento pelo usuário/visitante de que aquilo que acontece naquele local é muito mais do que um show musical, uma exposição de arte, um teatro, uma ópera ou um desfile de moda etc. Existe uma grandeza maior, uma razão para assim acontecer e é esta razão que primeiro precisa ser evidenciada, para depois torná-la um grande espetáculo. Porém, é possível que, atualmente, o público desses eventos já qualifique o patrimônio antes de tudo e saiba distinguir a relevância de um evento que acontece em um lugar histórico de outro em lugar sem essa importância.

Esse tipo de animação cultural é um artifício usado para revitalizar, não só lugares de importância histórica, mas também os espaços públicos degradados, apesar de essas duas características exercerem funções diferentes: o espaço público é o lugar da vida ativa pública; já o patrimônio não em todos os casos é utilizado com esse sentido público, todavia, nos casos dos mercados municipais, existe na maioria das vezes, além da importância histórica e arquitetônica, também o sentido de manifestação da vida pública.

O autor Ângelo Serpa mostrou no caso da cidade de Paris, a utilização de áreas, geralmente de indústrias desativadas, mas dotadas de ótima infra-estrutura urbana, para criar parques como elementos de valorização de bairros novos criados ali e o grande atrativo para a área, são o que ele chama de “equipamentos culturais” -praças de alimentação, cinemas e teatro- que promovem a divulgação destes empreendimentos, de forma a trazer cada vez mais pessoas para o local, que passam a funcionar como pólos de “lazer festivo” para a cidade. (SERPA, 2004)

Serpa lembra que o parque público é um espaço aberto ao público, acessível a todos, posto a disposição dos usuários, mas todas essas características não são suficientes para defini-lo como espaço público:

Esse processo é, por um lado, o resultado de uma concepção (e da promoção) do parque público como cenário, destinado à fascinação dos futuros usuários, transformando-o em uma espécie de imagem publicitária das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais que pudessem dar-lhe algum conteúdo e significado (SERPA, Ângelo. *Espaço Público e Acessibilidade: Notas sobre uma Abordagem Geográfica*, GEOUSP – Espaço e Tempo, N°15, São Paulo, 2004, p.32).

Os usuários recriam um interesse em freqüentar o que estava abandonado pelo simples fato de haver ali uma forma de entretenimento prazeroso, que entende que isso só foi possível através das intervenções de revitalização de um patrimônio, antes degradado e sem função, hoje integrado à vida da cidade com a real necessidade das pessoas.

A monumentalização e a banalização do patrimônio histórico e urbano são algumas das conseqüências que o bem pode receber, após intervenções que o tratem como um “produto cultural” dentro de uma lógica industrial e não preservacionista. Desta maneira, se vêem como alternativa para ele, uma nova funcionalidade, porém é necessário que se tomem os devidos cuidados, bem como a utilização do patrimônio ao extremo, evitando a grande dicotomia entre a memória a se preservar e a sua integração na vida da cidade contemporânea. Por isso, a discussão de como se devem tratar os monumentos históricos na contemporaneidade é a grande questão da gestão pública patrimonial para evitar que o único destino seja a transmissão museográfica pelo valor histórico-artístico dos monumentos, provocando o desgaste do bem devido ao uso inadequado ou ao seu abandono.

Assim, pondera o autor Jeudy: se de um lado, os patrimônios não podem ser tratados como “produtos de marketing” para a administração pública em que está inserido, mas de outro lado, o autor diz que não existe desenvolvimento cultural sem comercialização, pois ficará condenado ao abandono e esquecimento por parte da população:

Este é um dilema da gestão contemporânea dos patrimônios: se o patrimônio não dispõe de um estatuto ‘à parte’, se ele se torna uma mercadoria como as outras (os bens culturais), perderá seu poder simbólico. (...) De imediato a prospectiva patrimonial se vê confrontada com uma contradição: por um lado, os patrimônios não podem ser tratados como produtos de marketing, mas, por

outro, não existe desenvolvimento cultural sem comercialização (JEUDY, 2005, p.20).

Nesse *Processo de Reflexividade*, como chama Jeudy, existe tentativas de se ressuscitar o que já era dado por morto e de se embelezar o que se pensava ser feio, tanto edifícios isolados, quanto conjuntos de edifícios, como por exemplo os centros históricos.

No Brasil, o que se passou nas cidades de Salvador, Recife e Belém são casos de bens culturais que entraram em reformas e “revitalizações”, resultando em exclusão da população local, e assim, também a sua identificação com a tradição do cotidiano local, pois trataram o bem cultural como global e não mais local.

Meneses considera esse processo de mundialização pelo Ocidente em relação à valorização das paisagens, espaços, estruturas e objetos, a criação de “padrões” para as sociedades contemporâneas de um “valor universal”. (MENESES, 2006). O patrimônio, desta forma, torna-se acessível ao turismo cultural para visitantes de todas as partes do mundo. Porém, não adianta pertencer à humanidade globalizada, se o patrimônio não tem mais os seus valores tradicionais e a sua identidade no âmbito local. O bem perde a grande característica que o tornou em um dado momento da história um monumento histórico e uma referência de seu lugar de pertencimento para o mundo.

O principal sujeito da cultura é o habitante local. A palavra “habitante” vem do latim *habeo*, que quer dizer “ter”, manter uma relação constante com algo; o sufixo “it” (habito) aprofunda e reitera esta relação. Hábito, habitar, portanto, expressam um grau superior e constante de apropriação. Essa relação contínua, permanente, cotidiana, demorada e que o tempo adensa, é que cria as condições mais favoráveis para a fruição do patrimônio ambiental urbano. (MENESES, 2006, pág.39).

Segundo Meneses a cidade culturalmente qualificada é aquela que é boa para ser conhecida pelo habitante e também pelo turista, pelo comerciante etc, pois assim ela é “boa para ser praticada, na plenitude de seu potencial”, o qual inclui as condições de infra-estrutura, habitação, saúde, educação, quanto a sua apropriação coletiva e também estética. (MENESES, 2006).

O autor Rogério Proença Leite observa o caso brasileiro do Recife Antigo, que passou pela implantação de um conjunto cenográfico no centro histórico e

percebe que diante dessa situação a área perdeu seu sentido de espaço público devido aos seus “usos e contra-usos”²⁷.

Neste caso, a administração pública considerou o patrimônio cultural apenas como um “produto de marketing” para sua própria imagem política, desconsiderando que o sítio histórico urbano (centro antigo de Recife) estaria desta maneira, perdendo sua função de espaço público para a comunidade local, através de uma ação de requalificação urbana que não visou às práticas sociais e por esse motivo, não poderia ser chamada de preservação do centro de Recife (segundo as normas internacionais). Isso mostra como a questão patrimonial também pode estar, no caso dos sítios históricos urbanos, completamente conectada com a questão dos espaços livres públicos urbanos, pois ao intervir em um, necessariamente, o outro também estará sendo afetado, positiva ou negativamente.

Para Rogério P. Leite, um espaço urbano somente se constitui em um espaço público quando nele se conjugam certas configurações espaciais e um conjunto de ações, pois é onde as diferenças se encontram e se confrontam politicamente. O espaço só se torna público quando permitir alguma relação social e política entre os seus frequentadores, de forma a ter uma marca, uma característica singular só sua que crie um sentido de pertencimento daquele espaço urbano com sua comunidade local. Com isso, ele deixa claro que há a necessidade sempre de se verificar quando um espaço urbano pode ser caracterizado como público.

No Recife Antigo, houve uma primeira reforma no ano de 1910 que, segundo o autor, significou a mais completa renovação urbanística realizada no local, pois como resultado, ocorreram obras de modernização no porto, construções de armazéns, alargamento de vias, proporcionando um novo traçado à cidade e causando a demolição dos últimos exemplares da arquitetura colonial holandesa que ainda existiam no local.

Após essa traumatizante experiência, a cidade passou novamente, em 1993, por outro plano urbano intitulado *Plano de Revitalização do Bairro do Recife*, com a justificativa de restaurar e propor intervenções empreendedoras

²⁷ Expressão usada pelo autor Rogério Proença Leite para diferenciar o uso originário da edificação histórica (ou centro histórico) e o seu novo uso, que seria atribuído a uma atividade turística voltada para a visitação do conjunto cenográfico e artificial, ao invés de se voltar para a cultura local.

para a área. A idéia era de torná-la um centro metropolitano regional, um espaço de lazer e diversão e um centro de atração turística nacional e internacional: a noção de um espaço de espetáculo urbano, que iria caracterizar todo o plano (de Recife Antigo), é um indicador importante da presença de uma política de gentrificação (enobrecimento), na medida em que confirma o foco predominantemente econômico das ações previstas, segundo Rogério P. Leite. (LEITE, 2002). Pretendia “enobrecer” a área, trazendo a melhoria da imagem da cidade através de empreendimentos que utilizariam o patrimônio cultural ali presente e a especulação do espaço urbano para alavancar a economia local. A gentrificação, para o autor, não provoca o reconhecimento de um espaço urbano como público.

O arquiteto Paulo O. de Azevedo, também defende que nos últimos 20 anos, tanto o sistema de planejamento, quanto o de preservação estão em crise e como consequência dessa crise, aliada ao *marketing* urbano e à globalização, ele reflete sobre o caso de revitalização acontecido em Salvador, sinônimo do abandono das políticas culturais ao serem entregues diretamente para as mãos da iniciativa privada, que alterou totalmente a tipologia habitacional do Pelourinho na requalificação executada na década de 1990, de forma a descaracterizar totalmente a ambiência do sítio histórico urbano:

A eliminação da habitação no Pelourinho e no bairro do Recife e a criação de pátios de pagode no ângulo dos quarteirões, destruindo seus quintais e transformando a disposição interna das casas, têm um efeito mais devastador que o incêndio de quarteirões inteiros, ou as inundações periódicas que ameaçam a cidade de Goiás. (AZEVEDO, Paulo Ormindio de. *A Cidade Como Obra Aberta*, In *PATRIMÔNIO: Atualizando o debate*, São Paulo, 9ª SR/IPHAN, 2006, pág.65 e 66).

No caso do bairro do Recife, um outro pólo nasceu e se desenvolveu de jeito oposto ao da “revitalização” que se deu na área central do Recife Antigo. Foi chamado de Pólo da Moeda, por estar na Rua da Moeda; rua esta que ficou de fora dos planos de intervenção no Recife Antigo.

Rogério P. Leite percebe que ali aconteceu o desenvolvimento desse pólo como área para os excluídos da área “enobrecida” e vigiada da cidade. Na Moeda, os casarões foram comprados por pessoas do próprio local que queriam inovar culturalmente na sua cidade, ao invés de serem restaurados e dados à

iniciativa privada que tinha como único objetivo o lucro gerado pela maré da industrial cultural do Recife Antigo.

Após a iniciativa de lançar na área um bar -Bar Pina Copacabana- houve uma mudança na paisagem do lugar, pois com ele, vários grupos artísticos e musicais da própria comunidade também passaram a se reunir no mesmo local, com o intuito de estabelecer um *lugar* para eles, ao contrário do que se propôs diante do enobrecimento do Recife Antigo, destinado aos turistas. Uma nova atmosfera foi criada a partir desse reduto de artistas e intelectuais, partindo de um bar e virando um pólo que ganhou nova vida, apesar de não fazer parte das estratégias do Plano de Revitalização.

Em uma definição muito interessante e expressiva do termo *lugar*, Rogério faz a colocação:

Quando erguidos pelo contra-usos no interior dos processos de gentrification, podem representar formas táticas – especializadas e simbólicas – de criar singularidades, expressar dissensões e reivindicar direitos. Direitos de pertencer à cidade, de estabelecer itinerários próprios, de fazer do espaço público contemporâneo, enfim, um legítimo espaço político da diferença (LEITE, 2002). (Grifo meu).

Portanto, a convivência do Patrimônio Histórico com as cidades contemporâneas pode se originar de um processo de contra-uso de uma área que se diz “revitalizada”; ou seja, pode surgir de uma função que não foi exatamente a função destinada para ela por um plano ou por uma instituição de autoridade. Ao demonstrar preocupação com o real melhoramento para a população e não com uma imagem globalizada, que faz com que sua cidade seja identificada em qualquer lugar do mundo, e perca sua identidade com a tradição local. Assim, o processo de “contra-uso” não permite que aconteça uma “gentrificação” na área, pois isso apenas ocorre quando o município *-locus-* não é visto como importante, passando a sofrer alterações que o qualifiquem de acordo com um “gosto globalizado” de embelezamento, distanciando aquele lugar da sua cultura e de seus habitantes.

Meneses observa a importância de qualquer projeto de intervenção nas cidades se voltar para as preocupações de seus próprios habitantes:

Conviria, por isso, sem estabelecer monopólios, barreiras ou escalas, iniciar sempre qualquer projeto de intervenção pela base,

centrando as preocupações no habitante, pois ele é que deve ser o fruidor prioritário da “coisa boa”. (...) Conviria também reconhecer que, quando se excluem do universo da cultura o cotidiano e o trabalho, não há como mascarar que é o mercado que está dando as cartas, caucionando pelas bênçãos dos “usos culturais”. Essas considerações, acredito, são suficientes para ressaltar o município – e não o estado, a região, o país, o mundo – como o *locus* privilegiado da fruição concreta, aprofundada e diversificada da cidade como bem cultural. (MENESES, 2006, pág.40). (Grifo meu)

Segundo Silvana Rubino, no texto: *Gentrification: Notas Sobre um Conceito Incômodo* publicado pelos organizadores Denio M. Benfatti e M. Cristina Schicchi, *gentrification* é um processo que torna um lugar diferente do que já foi um dia, do ponto de vista da composição social, mas também dos usos dos espaços, de maneira imposta por um plano urbano ou uma ação que provoque um enobrecimento da área. Se ocorrer essa alteração social no lugar da intervenção, é evidente que não há nenhuma consideração com o habitante local (como relata o autor Meneses), muito menos com a cultura local, diante da mudança dos usos dos espaços, que passam, na maioria das vezes, a desempenhar funções que cultuam a cultura local de forma exagerada e cenográfica, fazendo “referência a estilos e épocas passados, num historicismo repleto de citações, que conduz não a autodiversidade (de funções, como por exemplo, habitar e trabalhar), mas à expressão de uma estética da diversidade”. (In BENFATTI, 2004) Segundo a autora:

Gentrification é um processo de mudança social sem uma transformação espacial drástica nos moldes, por exemplo, da reforma que o Barão Haussmann realizou na Paris capital do século XIX, ou na que Le Corbusier propôs para a mesma cidade nos anos 20 do século seguinte. Nesse sentido original, o conceito de *gentrification* apresenta um processo de destruição criadora, com manutenção das características espaciais. O habitante que se muda para a área em questão aceita e aprecia o local como ele é, ou imagina que seja, devido às virtudes – materiais e simbólicas, históricas, estéticas; narrativas e ponto de referência – que identifica naquele lugar. (RUBINO, Silvana. *Gentrification: Notas sobre um conceito incômodo*. In: BENFATTI, Denio Munia. SCHICCHI, Maria Cristina (orgs.) *Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*, PUCCAMP/PROURB, Campinas, 2004, pág.288).

Meneses lembra que o termo inglês *gentry* significa “pequena nobreza”, por isso, a palavra *gentrification* seria “o processo de nobilitação”, ou seja, a reabilitação de uma área de interesse cultural, porém degradada, de forma a

proporcionar um retorno ao investimento através do valor cultural agregado à área (In IPHAN, 2006).

O que ocorreu no caso da cidade do Recife, é uma realidade brasileira, segundo a autora Silvana Rubino, de lugares que enfatizam a rotatividade e não permanência dos usuários daquele espaço após esse processo de tentativa de preservação.

No Brasil, a preservação e seu instrumento de tombamento são entendidos em seu valor antieconômico, raramente como um recurso. Estudos realizados em áreas revitalizadas mostram que bairros e ruas “obsoletos” tornam-se espaços culturais e de consumo, lugares de encontro, bares, pontos turísticos, mas ainda não temos evidência suficiente para afirmar que, no tocante ao uso residencial, uma população de baixa renda tenha sido substituída por outra, de moradores “nobres”. Ainda que se trate de um processo de *gentrification*, é também uma mudança de uso, de função da área – ainda que mais “nobres”, os novos usuários estão ali muitas vezes de passagem, o que enfatiza a volatilidade do consumo visual. (RUBINO, Silvana. *Gentrification: Notas sobre um conceito incômodo*. In: BENFATTI, Denio Munia. SCHICCHI, Maria Cristina (orgs.) *Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*, PUCAMP/PROURB, Campinas, 2004, pág.293). Grifo meu.

Finalmente, é possível verificar que são diferentes tipos de processos usados para tratar os patrimônios, que as conseqüências geradas por esses meios podem ser positivas ou negativas, assim como foi mostrado nas passagens aqui tratadas:

- O Plano para Recife de 1910, que arrasou com os últimos exemplares da arquitetura holandesa, tradicional pela história da colonização da Holanda no local,

- O Plano de Revitalização de Recife de 1993, que trouxe enobrecimento para a área através da especulação imobiliária nos edifícios patrimônios históricos e arquitetônicos do centro,

- O desenvolvimento da Rua da Moeda, no centro históricos de Recife, que se diferenciou das outras passagens por não ter partido de uma melhoria na imagem da cidade, transformando-a em uma cidade global para dar visibilidade a ela mesma, mas sim partiu de um processo da própria população que através da sua cultura e tradição criou ali um lugar de identidade para eles.

Somando a essas passagens, alguns conceitos usados na cidade contemporânea aparecem aqui nas opiniões dos estudiosos sobre a questão patrimonial e sobre as formas de apropriação dos espaços públicos, que como um espaço da manifestação da vida pública e da sociabilização, nos permite ver os patrimônios em alguns casos exercendo também essa função de um espaço público urbano.

Assim, os estudiosos como a Choay, M. Cecília Fonseca, Jeudy, dentre outros, nos fazem ver que a cidade contemporânea já tenta ir contra a cultura “de massa” da sociedade, passando a valorizar com mais evidência a cultura local e a tradição das comunidades, ao invés da cidade globalizada, ao dar espaço para debates sobre a melhor forma de intervir em espaços públicos e patrimônios históricos, enfatizando a importância da permanência dos Monumentos Históricos nesses lugares.

Esse diálogo sobre a cidade e o patrimônio será retomado no próximo capítulo “Projetos Urbanos para a Área do Mercado Municipal de Campinas e Outros Projetos”, o qual apresentará uma análise do objeto de estudo dessa pesquisa, a fim de rever como essas passagens expostas e esses autores relacionados no presente capítulo iluminam o objeto específico desse trabalho, que é a cidade de Campinas e o seu Mercado, juntamente com toda a apresentação da área de estudo feita logo no começo dessa dissertação e com as normas internacionais e a legislação brasileira patrimonial (presentes nos capítulos 3 e 4).

Apresentarei também os projetos atuais para a área do Mercado Municipal de Campinas e outros projetos que, seja pela funcionalidade existente no edifício, seja pelas consequências geradas para a área de intervenção, contribuem para finalizar a análise a qual esta pesquisa se propõe sobre a gestão patrimonial de Campinas, o edifício do Mercado Municipal, a sua relação e influência com a sua área envoltória.

**7. Projetos Urbanos para a área do Mercado
Municipal de Campinas e outros projetos.**

Neste capítulo, apresento os projetos urbanos que foram desenvolvidos nos últimos anos para a região do Mercado Municipal de Campinas, mas ainda não foram executados. Entre esses está o Projeto da Garagem Subterrânea (2009) solicitado e desenvolvido pela Secretaria Municipal de Transportes de Campinas. O outro projeto é o de restauro para o edifício, solicitado pela Secretaria Municipal de Cultura de Campinas e criado pelo Escritório de Restauro Sarasá (2007).

Para auxiliar a análise destes projetos urbanos destinados à área de estudo, selecionei outros projetos que já foram executados, a fim de perceber características e conseqüências que pudessem ajudar a definir um futuro para o Mercado Municipal de Campinas, seja ele positivo ou negativo. Foi por esse motivo que selecionei o caso do Projeto de Remodelação do Mercado Municipal de São Paulo (2004), que submeteu o edifício a obras de ampliação de sua área para receber um centro gastronômico, ganhando assim uma nova função, que se soma a funcionalidade original.

Outro caso selecionado foi o do Complexo Ver-o-Peso, em Belém do Pará, que assim com em Campinas e São Paulo, também trata de um edifício de Mercado (popular), apesar de neste caso, todo o complexo da obra passar por uma requalificação, intervindo também em vários galpões portuários ao transformá-los em edifícios de cultura e lazer.

Portanto, apresento exemplos de intervenções que se diferem desde aspectos espaciais e territoriais, até condições socioeconômicas de cada caso comparado; porém, todos os três exemplos (Campinas, São Paulo e Belém) envolvem o mercado da cidade, edifício este que geralmente é revelador da “alma” do lugar, por carregar em si a identidade local.

O Projeto da Garagem Subterrânea para a área de estudo prevê sua implantação onde hoje funciona o Terminal de ônibus do Mercado (Praça Correa de Mello), mas há também um Projeto de Restauro, apresentado em 2007 para o *CONDEPACC – Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas*, dispondo de intervenções significativas tanto no edifício central como em seus anexos externos. Ambos os projetos para a região do Mercado dizem respeito à solicitação presente no Decreto nº. 10.424 de 06 de Maio de 1991 na qual o mesmo Conselho exige que a prefeitura desenvolva projetos urbanos para promover a revitalização de toda a área definida como Centro Histórico de

Campinas, “para que se permita o seu reconhecimento e ambientação enquanto centro histórico e para garantir visibilidade adequada aos imóveis preservados por este decreto”.²⁸

Os projetos de garagens subterrâneas não são apenas para o Mercado, existem previsões de outros dois locais centrais para também ganhar vagas abaixo do solo: o Largo do Rosário e a Prefeitura abrangendo assim, todo o centro histórico. Segundo informações da *EMDEC/Setransp (Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas/ Secretaria Municipal de Transportes)*, o processo de implantação das garagens subterrâneas já foi iniciado com a realização de Audiência Pública no dia 28 de abril de 2009.

A garagem da Praça Correa de Mello deverá oferecer 465 vagas de estacionamento para automóveis, 46 para motos e 20 para bicicletas. Terá área construída de 14 mil m², dois pavimentos subterrâneos e duas opções de entrada e saída de veículos em ruas diferentes.

A previsão é que sobre a garagem, no lado esquerdo da Rua Benjamin Constant, o Terminal Mercado será desativado e dará lugar a uma grande “praça de serviços”, com um restaurante e outros oito pontos para estabelecimentos comerciais, cuja exploração caberá ao concessionário.

Segundo assessoria técnica da *EMDEC*, no projeto das Garagens Subterrâneas, a criação de 1300 m² de calçada na Rua Álvares Machado e 900 m² de lombos-faixas em todos os cruzamentos da região central mostram que a idéia da *EMDEC*, é de propiciar assim uma grande reconfiguração da mobilidade na região central de Campinas, com prioridade significativa na área para a circulação de pedestres.

Essa medida poderá diminuir o trânsito no centro, tornando-o mais agradável e menos caótico e assim, incentivaria a conexão da população com o centro de sua cidade, pois a maioria das ruas que circulam automóveis hoje será de acesso apenas para pedestres, obrigando as pessoas a deixarem seus carros dentro das novas garagens subterrâneas ou em estacionamentos privados, que já existem na região central.

²⁸ Esse Decreto está na íntegra no site da Prefeitura Municipal de Campinas: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec10424.htm>

Porém, uma questão pode ser levantada: essas garagens deveriam estar próximas ao centro, mas não dentro dele, pois isso não garante de fato, que o trânsito, por exemplo, na Rua Benjamin Constant (em frente ao Mercado), irá realmente diminuir, sendo ali um dos acessos às vagas propostas pela *EMDEC*.

Além do mais, ao se fechar várias ruas de grande uso atualmente para “fluir” os automóveis no centro, tornando-as calçadas de pedestres, é muito provável que, caso não haja um planejamento estratégico por parte do poder público, o trânsito se acumule ainda mais nas ruas que restarem para ele.

Talvez a melhor forma de se combater o trânsito pesado da área central das cidades metropolitanas fosse a criação de locais apropriados para automóveis particulares – como as Garagens Subterrâneas - próximo ao centro, mas fora do perímetro central e transformando as vias internas a ele em uso exclusivo para pedestres e poucas linhas de transporte público coletivo que circulariam apenas dentro desse perímetro, funcionando como um auxílio aos pedestres que deixaram o carro para andar a pé na região.

Nesse raciocínio, os terminais de ônibus que conectam o centro à periferia poderiam estar juntos com essas garagens, ou seja, próximos às áreas centrais e neste ponto, o projeto da *EMDEC* parece pensar dessa mesma forma, ao tirar o terminal do Mercado e colocá-lo na Avenida Penido Burnier (próximo ao Mercado, porém fora de seu entorno imediato), não comprometendo a frequência da freguesia que depende do transporte público para visitar o edifício.

Existe também um projeto de conservação, restauro e requalificação proposto pelo *Estúdio de Restauro Sarasá* para o edifício do Mercado. Esse projeto se assemelha à requalificação feita no Mercado Municipal de São Paulo, finalizada em 2004, devido à proposta de criação de uma área gastronômica com restaurantes e ao fato de tratar também de Mercado Municipal que ainda mantém a sua função original (nos dois casos). Porém, em São Paulo, o Mercado ainda agrega outras funções e valores, como por exemplo ser referência nacional de produtos agrícolas importados que são encontrados apenas ali.

Segundo o relatório do projeto de restauro do *Escritório Sarasá*, o restauro em Campinas prevê obras de conservação nas fachadas (lavagem com hidrojateamento com pressão controlada nas áreas que necessitam de limpeza,

refazimento de áreas que apresentam deficiência na argamassa, testes de prospecções no local para detectar as cores originais e aplicação de tinta inorgânica transparente) e reconstituição das coberturas do edifício (substituição das telhas de amianto por telhas cerâmicas, como as originais), apresentando a preocupação em manter sempre as características originais do edifício.

Ele também apresenta registros sobre como acontecerá a organização dos canteiros de obra até a limpeza final, enfatiza que as obras serão acompanhadas por profissional com experiência comprovada através da *Certidão de Acervo Técnico CAT/CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia)*, em obras de porte e serviços similares.

Além disso, ele garante que após a conclusão da obra, será fornecida documentação circunstanciada de todos os fatos ocorridos nas intervenções, com todas as soluções adotadas. Relatórios mensais serão também apresentados com documentação fotográfica do andamento da obra.

Também será previsto a padronização interna dos boxes e da exposição de propaganda e do posicionamento dos logotipos. Para os boxes externos, a proposta visa o remanejamento e readaptação dos mesmos para a “modernização”, que prevê suprir novas necessidades, como: área gastronômica e área de sociabilidade.

O projeto apresenta três etapas de aplicação:

1. Conservação e restauro do Mercado, o qual ficará em atividade com apenas 30 boxes na parte frontal juntamente com uma área destinada a educação patrimonial;
2. A atividade passa para 30 boxes nos fundos do Mercado. Um novo sistema hidráulico e de esgoto, o qual disponibilizará caixas de gordura independentes para cada boxe estará previsto para as fases 1ª e 2ª;

Desta forma, o projeto de requalificação urbana e de preservação que foi apresentado no dia 12 de Abril de 2007 ao CONDEPACC, pelo *Escritório Sarasá*, não responde às necessidades da área, em Campinas, caso não especifique qual tipo de freqüentador que pretende atingir.

Segundo a mesma ata, a explicação do autor do projeto foi de apresentar uma preocupação com as normas internacionais em todas as fases do projeto do restauro do edifício. Porém, não apresenta nenhuma intenção em tornar o resultado do seu trabalho um significado social para a cidade, como é orientado pelas mesmas normas internacionais:

O projeto se pauta nos conceitos amplamente empregados nas intervenções históricas e internacionalmente referenciados nas Cartas de Atenas de 1931 e Veneza de 1964. Conforme as normas internacionais, o projeto será integrado à pesquisa histórica do edifício e aos levantamentos topográficos e iconográficos e métrico arquitetônico minucioso dos remanescentes originais. O restauro das fachadas e a reconstituição das coberturas do Mercado Municipal de Campinas terão um caráter conservativo, procurando sempre manter as características originais existentes. Novas intervenções são necessárias para a modernização e readequação dos espaços, as instalações hidráulicas e elétricas devem ser substituídas. Nos ambientes cuja especialidade ou elemento físico não contiverem os valores culturais necessários (no entorno), a criação de um novo projeto arquitetônico poderá acrescentar valores contemporâneos à história da edificação com espaços para abrigar área gastronômica e área de sociabilidade. (*Processo de tombamento do Mercado Municipal de Campinas*, Condepacc, Campinas, SP, 2007) (grifo meu).

A grande questão em relação ao Mercado de Campinas é saber se com a nova área gastronômica o espaço continuará a ter essa diversidade de freqüentadores, promovendo a sociabilidade no local.

Como foi visto na descrição do relatório apresentado ao *Condepacc*, o restaurador do projeto do Mercado Municipal de Campinas utiliza em sua justificativa apresentada na ata de reunião do *Condepacc* as normas apresentadas nas Cartas Patrimoniais (*Carta de Atenas – 1931 – e a Carta de Veneza – 1964*) para fazer toda a recuperação e conservação do edifício, que pelos procedimentos técnicos apresentados neste relatório, parecem sim muito bem orientados por essas normas internacionais de preservação patrimonial. Todavia, ele propõe, junto a essa ação preservacionista, várias intervenções, justificando que “são necessários para a modernização e readequação dos

espaços”, e assim, um novo projeto para área externa, onde ficaria, segundo o texto, o centro gastronômico e as atividades de lazer.

Esse novo projeto para a área externa, ao criar uma área de alimentação, poderá estar desenvolvendo um espaço destinado a um consumo alto padrão, e conseqüência disso seria um prejuízo para a ambiência e as relações sociais na área. Isso estaria desconsiderando a algumas das normas internacionais, como a *Declaração de Amsterdã* (1975), ao prever uma mudança social no ambiente existente em que existe uma diversidade social:

A reabilitação de bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos. (Congresso do Patrimônio Europeu. *Declaração de Amsterdã*, Amsterdã, Outubro de 1975. In CURY, 2004, pág. 200).

Além disso, o relatório fala que levará em conta uma pesquisa histórica do edifício, levantamentos fotográficos, iconográficos, métricos e arquitetônicos dos remanescentes originais ao elaborar o projeto de restauro para que este seja aprovado pelos órgãos competentes, porém, ainda aqui, o processo vai contra a *Declaração*, por não solicitar aprovação e a participação da população interessada em conhecer as mudanças do local:

(...) a conservação do patrimônio arquitetônico não deve ser tarefa dos especialistas. O apoio da opinião pública é essencial. A população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada das decisões. (Idem. In CURY, 2004, pág. 203).

O Projeto do Complexo Ver-o-Peso:

O projeto analisado a seguir é a requalificação urbana executada em Belém do Pará, no Complexo Ver-o-Peso, no qual o “uso cultural” foi usado em um local de edifícios com importância histórica (o marco inicial da cidade). Por esse motivo, o turismo se desenvolveu ali não apenas pelo percurso histórico do lugar, mas também pela instalação de um comércio alto-padrão.

Neste caso de Belém do Pará, a forte referência à cultura amazônica serviu de justificativa para as obras para valorização da orla da cidade de Belém, de iniciativa não integrada dos governos estadual e municipal que, servindo-se dessa

cultura do lugar e da natureza, como “pontos fortes do marketing urbano”, procuraram uma valorização dos espaços e criou um cenário que não correspondeu com exatidão ao passado idealizado pela população (ULTRAMARI, 2001)²⁹.

Segundo o artigo *Janelas para o rio: projeto de intervenção na orla urbana de Belém do Pará*, os arquitetos José J. Lima e Luciana G. Teixeira relatam que a área requalificada na orla de Belém do Pará já tinha importância, não apenas histórica, mas também econômica, pois funcionava como um centro comercial de abastecimento alimentar para a cidade (muito semelhante ao caso do Mercado Municipal de Campinas):

A orla ribeirinha desses bairros [Cidade Velha e Campina], ao longo da história, constituiu-se na faixa mais importante do território da cidade. Em suas proximidades estão concentrados equipamentos públicos, instituições e o comércio varejista, o que torna esses bairros, do ponto de vista econômico, os mais dinâmicos da cidade. Mais recentemente, eles adquiriram um papel político-urbanístico estratégico em função dos projetos de requalificação urbana com forte influência governamental. (LIMA, José J. TEIXEIRA, Luciana G. *Janelas para o rio: projeto de intervenção na orla urbana de Belém do Pará*, In VARGAS, Heliana C. CASTILHO, Ana Luisa H. de. (orgs.) *Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, Estratégias e Resultados*, 2ªed.rev. Editora Manole, Barueri, SP, 2009, pág.199).

O arquiteto Clovis Ultramari percebe que esse cenário de especulação é resultado de “intervenções urbanísticas que programam a vida urbana formatando-a a partir de formas espaciais e desenhos urbanos que não necessariamente potencializam a espontaneidade da vida cotidiana”, servindo, segundo ele, como uma vitrine para a imagem que a gestão pública deseja mostrar da cidade (ULTRAMARI, 2001).

O conjunto da obra é composto por Projeto Ver-o-Rio, Estação das Docas, Complexo do Ver-o-Peso, Terminal Fluvial Turístico da Praça Princesa Isabel e Projeto Cidade Criança. Todos os edifícios e espaços públicos passaram por um “refuncionamento”, adquirindo novas funções relacionadas à cultura e ao turismo. Segundo Ultramari: “Nesse sentido, a cultura, diferentemente do passado, passa a ser o elemento que estabelecerá a relação cidade-rio” (ULTRAMARI, 2001).

²⁹Retirado do artigo do arquiteto, doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, pela Universidade Federal do Paraná, em 2001 e Professor de urbanismo da Universidade Católica do Paraná Clovis Ultramari. Publicado no site: <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo3.pdf>

O autor José J. Lima explica em que se baseou o projeto do Complexo Ver-o-Peso para Belém: em uma área de comércio, feira e mercado e que apresenta a importância histórica, o projeto da década de 1990 almejou a abertura dos acessos visuais para o Rio Guamá e para a Baía do Guajará, lembrando que como toda cidade de origem portuguesa, Belém se desenvolveu dando as costas para as áreas ribeirinhas:

(...) consiste em uma série de intervenções na Feira do “Ver-o-Peso” e nos mercados ali localizados, visando à melhoria de condições de higiene e funcionamento da área, uma vez que a feira é considerada como o principal posto de abastecimento alimentar da região metropolitana e representa assim elemento importante na dinâmica econômica regional (...) Dos 23 imóveis tombados pelo governo federal na cidade, dezesseis estão situados no Centro Histórico de Belém, dos quais merecem destaque o conjunto arquitetônico e paisagístico “Ver-o-Peso”, que inclui o Mercado de Carne e o Mercado Bolonha de Peixe; o Solar da Beira, antiga recebedoria; a Praça Pedro II; o Boulevard Castilhos França, onde estão alguns dos armazéns do Porto de Belém; e áreas adjacentes. (Idem, In VARGAS, 2009, pág.201).

Os galpões portuários datados do século XVII são hoje patrimônio histórico por representarem não apenas a tradição local que concentra misticismos, crenças, hábitos e atividades expressivas do povo amazônico, como também o marco inicial da cidade de Belém. Estes espaços se transformaram após a requalificação da área em espaços de lanchonetes, quiosques, bares, uma mini-fábrica de cerveja, barracas de artesanato, serviços diversos, palco para shows, restaurantes de diversas tendências - regionais, internacionais, mariscos, comidas italiana e japonesa, pontos de fast-food, espaço para feiras, convenções, seminários e congressos³⁰.

Essa estratégica intervenção na área visa o *marketing* do lugar, que faz com que espaços como estes possam ser encontrados em qualquer lugar do mundo, desprendendo do regional e configurando o global. A habilitação de espaço público para áreas de lazer e de entretenimentos privados para fins turísticos apresenta um contexto excludente por inibir o livre acesso de todos. Assim, para os moradores locais fica restrito o *uso cultural* que se estende ao longo da orla, priorizando os visitantes que podem pagar para estar no local (ULTRAMARI, 2001). Esse processo de “enobrecimento” do espaço público, que

³⁰ Mais informações no site da cidade: www.belem.pa.gov.br

favorece um pequeno grupo ao invés de toda a população, é chamado de gentrificação, como foi visto no capítulo anterior dessa dissertação.

O poder público, em Belém, conseguiu com a ação, fazer com que a população voltasse o olhar para o rio. Assim, conclui os autores Lima e Teixeira:

A valorização da frente ribeirinha na área central da cidade por parte do setor público vem despertando o interesse do setor imobiliário, que lança imóveis nas proximidades do Centro Histórico com “vista para a baía”, e a cidade começa a se voltar para os rios. Entre erros e acertos, as intervenções são definitivamente emblemáticas do momento político-econômico de dependência pelo qual ainda passam a cidade e a região, mesmo em meio à vinculação dos projetos ao processo de globalização da economia. (Idem, In VARGAS, 2009, pág.231).



Ao comparar o caso de Belém com o de Campinas, podemos perceber que existem grandes diferenças tanto com relação aos aspectos sociais e econômicos das regiões implantadas, quanto urbanísticas e geográficas, ao se tratar, por exemplo, de uma cidade que se formou a beira do rio tendo sua requalificação voltada também a destacar essa beleza natural, diferentemente de Campinas, onde o Mercado não está inserido em nenhum local com paisagem natural qualificável, do ponto de vista turístico.

Como foi possível perceber, na visão dos autores sobre a requalificação de Belém, na tentativa de estabelecer uma relação da cidade com seu rio, as políticas públicas optaram por novas funções na área da orla, colocando a cultura em primeiro lugar na hierarquia memória-vida cultural. Assim como em Campinas, onde o Mercado tem previsão de receber a função gastronômica, que poderá assim como em Belém, colocar o uso cultural acima da importância histórica, causando a perda da referência patrimonial do bem tombado.

No caso de Belém e em Campinas é importante levar em conta as colocações dos autores Jeudy, em seu “Processo de Reflexibilidade”, e M. Cecília Fonseca, com sua visão sobre a existência da necessidade de se implantar

políticas que, juntamente com o processo legal, também promovam o enriquecimento da relação da sociedade com seus bens culturais, sem que se distanciem dos reais valores aos quais originou a necessidade de sua preservação. Desta forma, novos usos são sim muito aceitáveis, mas ao colocar o bem visto como um “produto cultural”, toda a justificativa de sua requalificação e a razão de fazer dele também um “produto”, deixa de fazer qualquer sentido.

Por isso, a experiência de Belém serve ao Mercado de Campinas a fim de alertar as políticas públicas (municipal e estadual) de melhor orientar os seus projetos para que não aconteça, ao exemplo do Complexo Ver-o-Peso, uma inversão dos seus valores para que ele não seja abolido da vida contemporânea. Existem outras maneira de proporcionar isso, sem que uma função secundária se imponha na principal. Esse caso é visível na situação apresentada a seguir, com o exemplo do Mercado de São Paulo.

O Mercado Municipal de São Paulo:

Após esse exemplo, cabe aqui também explicar o caso do Mercado Municipal de São Paulo, que diferentemente do caso de Belém, conseguiu, após a sua requalificação, servir a população como centro de sociabilidade, pois faz com que haja mistura de classes sociais todos os dias, não servindo a apenas um pequeno grupo de freqüentadores.

Assim como o Mercado de Campinas o Mercado de São Paulo é também de autoria do arquiteto Ramos de Azevedo e foi inaugurado em 25 de Janeiro de 1933. Atualmente, passou por um processo de readequação das instalações, orientado pelo arquiteto Pedro Paulo de Mello Saraiva, que executou as seguintes alterações:

(...) modernizou as instalações técnicas e deu novos usos ao edifício, uma construção em estilo neoclássico com elementos do barroco alemão projetada por Ramos de Azevedo no início do século passado. As obras incluíram a construção de um novo mezanino, idealizado para abrigar restaurantes típicos e temáticos. (Revista AU 127, de outubro/2004 - *Mercado municipal de São Paulo é modernizado, ganha novos usos e iluminação especial*. Em: www.revistaau.com.br).

A reforma integrou um plano urbano referente à requalificação de todo o centro de São Paulo (*Ação Centro*), coordenado pela *Empresa Municipal de*

Urbanização, Emurb, e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Saraiva criou dois novos espaços: um subsolo para serviços e um mezanino (tirando proveito do alto pé-direito do edifício), para uma área gastronômica. Interessante no projeto é perceber que o arquiteto se utilizou das quatro torres já existentes, mas que eram subutilizadas para propor o espaço de alimentação.



Em todas as fases do projeto, o arquiteto se preocupou em não segregar a área nova e a área antiga, proporcionando a integração através de pequenos detalhes, como o guarda-corpo do mezanino, totalmente transparente. O resultado é um espaço de convivência - acima de tudo - com atividades de comércio, encontro, lazer, turismo e alimentação, pois o novo “uso cultural” não precisou fazer o universo do cotidiano existente anteriormente á requalificação fosse excluído³¹.

Em São Paulo, a requalificação apenas acrescentou mais uma função às outras do edifício. Sempre existiu uma diversidade de freqüentadores no Mercado Municipal de São Paulo (comerciantes, donos de restaurantes, feirantes, turistas, passantes: todos esses, na sua maioria, são pessoas que freqüentam o lugar em seu cotidiano, seja para consumo, seja para trabalho ou lazer), isto é, há uma mistura de diversas classes sociais neste mesmo espaço urbano, no qual a requalificação do edifício apenas proporcionou mais um tipo de freqüentador: os do centro gastronômico.

Essa experiência em São Paulo torna possível verificar que em Campinas o restauro proposto pelo *Escritório Sarasá* é necessário do ponto de vista da conservação do patrimônio, porém a sociabilidade existente hoje no local talvez

³¹ Informações extraídas do artigo “Mercado Municipal de São Paulo é Modernizado, Ganha Novos Usos e Iluminação Especial”, publicado na Revista Arquitetura e Urbanismo. Site consultado: www.revistaau.com.br

fosse substituída por consumidores de restaurantes de consumo alto padrão, através de um processo de gentrificação e esvaziamento do Mercado, após a instalação da área gastronômica devido à importância do Mercado campineiro ser apenas regional, e não ter um reconhecimento nacional como existe no Mercado de São Paulo.

Cabe a Prefeitura Municipal de Campinas, a exemplo do que foi feito em São Paulo, verificar se essas modificações no espaço urbano não trarão para a área o “uso cultural” exclusivamente através do incentivo à atividade turística, substituindo o atual uso do cotidiano e de trabalho existente no local. O ideal seria, como ocorreu em São Paulo, que a nova funcionalidade do edifício agregue e acrescente um público novo ao estabelecer uma área de alimentação, serviços e comércio que não segregue socialmente o lugar que é hoje muito rico em sociabilidade.

Relação Entorno-Mercado em Campinas:

Em Campinas, na relação entre o entorno e o Mercado é possível verificar que tanto o entorno está contribuindo para a vitalidade do edifício, como ele próprio, que ainda mantém a sua função original de comercializar alimentos, também contribui para a vitalidade de seu entorno. Podemos notar nas fotos recentes da área, a forte utilização das edificações para o comércio e serviços que disputam clientela com os camelôs que se alojaram em volta do terminal de ônibus, porque ambos (área do entorno e edifício do Mercado) movimentam e colaboram entre si para proporcionar um público ao lugar, fortalecendo a sociabilidade no local e a identidade com a história da cidade:



01



02



03



04

Legenda das fotos: **01** - Camêlôs na Rua Alvares Machado, **02** – Comércio na Rua Bernardino de Campos, **03** – Camêlôs na Rua Bernardino de Campos, **04** – Rua Marechal Deodoro (entre o Viaduto e o Mercado).

Ao analisar os dois projetos da Prefeitura Municipal de Campinas para a área, percebe-se que um colabora com o outro, pois provavelmente as garagens ajudariam a trazer um novo público para o Mercado, da mesma forma como a nova área gastronômica incidiria sobre uma grande necessidade de estacionamento, muito além das vagas previstas dentro da área do Mercado, mas principalmente por contribuírem ambos como objetos de incentivo a visitação desta área no centro de Campinas.

Todavia, o projeto das garagens parte da *Setransp* e o projeto de restauro do edifício é fruto de interesse da *Secretaria de Cultura* e do *CONDEPACC*. Em nenhum momento, um projeto cita o outro como colaborador ou como justificativa. Desta forma, ambos os projetos nos fazem pensar que s o “projetos aut nomos” entre si e que desconhecem a existência do outro, mostrando assim, como a Prefeitura Municipal de Campinas trabalha de forma desconexa, ao invés de somar forças em suas ações e dividir resultados entre as diferentes repartições internas de seu poder. Afinal, s o na realidade “partes” de um “todo” para a área, o qual faria com que a área comercial de influência do Mercado se estenderia também para a praça Correa de Mello, requalificando uniformemente o edifício e sua área envoltória.

Sobre a atuação das administrações públicas, o autor Ulpiano B. de Meneses apresenta em seu artigo publicado na *Revista Patrimônio* (2006), como agem com comodismo ao instituir uma atividade voltada para o “uso cultural” no bem tombado, gerando, conseqüentemente, o processo de gentrificação após instalar ali uma função cultural como, por exemplo, o lazer gastron mico. O autor apresenta essa situação no exemplo do Mercado Velho de Santo Amaro, na

cidade de São Paulo, que foi transformado em um centro cultural pelo poder público:

É sintomático, a esse respeito, como tal conceito de cultura e o de lazer se entrelaçam para excluírem o trabalho – que não pode ser julgado passível de vir qualificado pela cultura! Se o Mercado Velho de São Paulo é uma verdadeira jóia arquitetônica, é considerado incompatível, por isso mesmo, com a atividade de comercializar alimentos! É também sintomático que o poder público, com freqüência além do aceitável, recorra, com mecânico comodismo, à idéia de museu, sempre que busca um uso para edifício o seu valor cultural reconhecido. (In MENEZES, Ulpiano B. de. *A cidade como bem cultural – Áreas Envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcances na preservação do patrimônio ambiental urbano*, In *PATRIMÔNIO: Atualizando o debate*, São Paulo, 9ª SR/IPHAN, 2006, pág. 37 e 38)

O autor relata sobre a materialização da cultura e diz que “tal atitude ao circunscrever a cultura a objetos e ações marcadas pela ‘ação do espírito’, é visceralmente elitista”, ou seja, gera, na maioria das vezes, um processo de gentrificação, que faz com que se perca a função social do edifício. Segundo ele, para se compreender a cidade como bem cultural, ela deve ser analisada simultaneamente em três dimensões definidas por ele como o artefato (objeto de estudo e análise que exerce um sentido para a sua população), o campo de forças (espaço de tensões e conflitos proporcionados pelo poder público) e as significações (suas representações e imagens para a sua população). No Mercado Municipal de Campinas, as três dimensões podem ser relacionadas:

- O artefato: com o próprio edifício, a “coisa” construída que tem uma função clara de comercializar alimentos;
- O campo de forças: formado pelas forças diversas que atuam no centro: os agentes sociais que nele intervêm (instituições públicas e privadas), os pequenos comerciantes lojistas, os grandes grupos comerciais, os camelôs, os moradores de rua, os permissionários do Mercado, os guardas de trânsito, os turistas, os passantes, os usuários de ônibus e a população de Campinas;
- As significações estão muito claras no caso do Mercado, já que ele, muito além de ser espaço de comércio, é centro de encontro e lazer, é símbolo de uma geração de arquitetos-urbanistas sanitaristas, é patrimônio, é história, memória e, acima de tudo, é hoje identidade para sua cidade.

Ulpiano conclui que não há práticas sociais sem significados sociais (e o Mercado de Campinas, diante de tantas significações, agrega também o social). O autor fala da necessidade de todas as três dimensões explicadas por ele para ter a compreensão da prática patrimonial:

Sem as práticas sociais não há significados sociais. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais. É, portanto, apenas dentro do campo de forças e dos padrões segundo os quais elas agem, que se pode compreender a gênese e a prática do patrimônio. (In MENEZES, Ulpiano B. de. *A cidade como bem cultural – Áreas Envolvórias e outros dilemas, equívocos e alcances na preservação do patrimônio ambiental urbano*, In PATRIMÔNIO: *Atualizando o debate*, São Paulo, 9ª SR/IPHAN, 2006, pág. 36 e 37).

Ao enxergar a cultura e o lazer como um “universo autônomo”, ou seja, independente de outras funções vitais para a cidade, como o trabalho ou o cotidiano, permite-se uma restrição natural no acesso a este universo, ocasionando a elitização da cultura (incluíram-se aí os produtos culturais, os produtores culturais, os consumidores culturais, os equipamentos culturais e por aí em diante).

Entregar ao patrimônio um uso do trabalho ou do cotidiano (comércio e habitação, por exemplo) seria como se atribuísse usos “menos nobres” a eles, pois o trabalho ainda sugere a sua relação com a herança escravocrata do Brasil e o cotidiano com a rotina, o dia-a-dia da população. Porém, esses usos excluídos pela cultura formam, na verdade, as funções vitais para a existência de espaços culturais e deveriam estar na base da pirâmide da funcionalidade patrimonial, a qual tem no seu topo a cultura. Eles garantem a legitimidade e eficácia da gestão patrimonial no sentido de melhorar a sociabilidade nos trabalhos de requalificação urbana (MENESES, 2006).

Na área envoltória do mercado, edifícios altos de serviços e de educação (por exemplo, a ESAMC que está instalada em uma edificação alta e nova construída dentro do pátio da antiga e tombada escola Coração de Jesus, ao lado do Mercado) estão lado a lado com casas térreas e sobrados que somam funções de comércio e serviços para a área, desde a venda de artigos de umbanda até móveis e eletrodomésticos. Assim, a funcionalidade da área hoje está associada a usos de trabalho e do cotidiano, e é isso que, naturalmente, está ajudando também a área do Mercado a manter ao longo dos anos o seu significado social e sua identidade com a população.

8. Conclusão.

O Mercado Municipal de Campinas, inaugurado em 1908, é patrimônio histórico desde a década de 1980 e até os dias atuais desenvolve sua função original relacionada ao trabalho e ao cotidiano das pessoas: o comércio de alimentos e outros artigos.

Assim, a sua condição de “Monumento Histórico”, instituída com o seu tombamento, não provocou nenhuma alteração em sua funcionalidade, mas gerou para a área de seu entorno, desde a década de 1980, um “congelamento” urbano, pois passou a vigorar a lei de que nenhum imóvel dentro de um raio de trezentos metros do entorno do bem tombado poderia ser alterado sem prévia autorização dos conselhos competentes em relação à preservação, com o intuito de preservar a ambiência e a visibilidade do bem tombado.

A consequência disso foi o surgimento de um processo burocrático e demorado para lançar as novas intervenções em áreas centrais principalmente porque ao atribuir essa lei em todos os imóveis tombados do centro, o poder público “congelou” não apenas a área do Mercado, mas toda a área central já que nesta área um raio se intercala com o outro, de forma a cobrir toda a região e a desencorajar novos projetos urbanos para os centros metropolitanos.

Apesar disso, tanto o Mercado quanto sua área envoltória ainda mantém forte a sua vitalidade urbana, devido à região concentrar a vocação comercial e de serviços, que permitem grande movimento no local. Por esse motivo, o edifício é não apenas espaço de comércio e patrimônio, mas muito além disso, funciona como espaço de sociabilidade e de identidade cultural para a cidade de Campinas.

A situação do entorno imediato ao edifício pode parecer caótico e desorganizado, porém configura o cenário da vida urbana na cidade contemporânea: viadutos e avenidas, trânsito intenso, camelódromos nas calçadas, pedestres circulando e lojistas disputando freguesia com o comércio informal, além da poluição de todo tipo: visual, sonora e física. Essa configuração urbana é onde se situa o Mercado: histórico, arquitetônico, elegante, tradicional,

simbólico e monumental. Essa contradição de sentidos faz da área um fragmento urbano da cidade de Campinas, dentre muitos deles que compõe essa cidade.

Assim, a área estudada se mostra repleta de significados e simbolismo, passando a ser marca também da identidade cultural do tempo e do espaço em que está ela inserida.

Enquanto isso, a mesma gestão patrimonial que “congela” a área, também propõe um projeto de restauro para o edifício, que mais do que a simples manutenção e conservação do edifício, propõe intervenções urbanísticas de cunho sócio-econômico, ao passo que reconfigura a estrutura externa do Mercado, ao propor uma nova funcionalidade para o local, podendo alterar conseqüentemente as relações sociais e a economia, no caso de inserir na área uma atividade uma atividade voltada para o consumo de alto padrão.

A Prefeitura Municipal de Campinas demonstrou agir sem conexão entre suas partes ao propor no ano passado, um projeto de garagens subterrâneas para a praça do Mercado sem ao menos se referir ao projeto de restauro pensado para a mesma área. Ambos os projetos promoveriam a visibilidade do bem tombado, porém no caso das garagens subterrâneas ainda existem questões com relação à manutenção da ambiência e da melhoria da acessibilidade ao patrimônio, pois de certo modo, poderia contribuir para aumentar o transito na Rua Benjamin Constant, ao invés de diminuí-lo.

Para compreender o que vem ocorrendo na área de estudo, procurei entender as colocações de: Choay, que percebe a “banalização” do patrimônio na cultura “de massa”; Jeudy, que trata a necessidade do homem de se enxergar refletido na sua cidade, chamando isso de “Processo de Reflexibilidade”; Meneses, que ao analisar a gestão patrimonial brasileira, percebe a falta de ser pensada dentro da lógica do planejamento urbano; e por último, as Cartas Patrimoniais, que mundialmente serviram de base para a criação das legislações ao justificarem a necessidade desde a criação dos órgãos de fiscalização, até a organização de procedimentos de trabalho, a fim de garantir a perpetuação dos patrimônios para as gerações futuras, através das ações de preservação e conservação e de

estudos sobre esse assunto, formando profissionais capacitados que viabilizem novas técnicas de trabalho.

Portanto, essa pesquisa contribui para a bibliografia sobre o patrimônio histórico e a preservação, a gestão patrimonial, a cidade de Campinas e por último, o Mercado Municipal. Ela acrescenta dados importantes para cada um desses temas e permite uma continuação de seus estudos em forma de desdobramentos em diversas direções: tanto em relação à história do urbanismo e da arquitetura, quanto em relação às intervenções em centros urbanos.

9. Bibliografia.

ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, Editora DP&A, Rio de Janeiro, 2003.

ANANIAS, Mauricéia. *As Escolas Para o Povo em Campinas: 1860-1889 – Origens, Ideário e Contexto* (Monografia de Mestrado), UNICAMP, 2000.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *Projetos e Obras do Engenheiro Saturnino de Brito para Campinas em fins do século XIX*, In: ÓCULUM ENSAIOS, nº02, Campinas, 2002.

BADARÓ, Ricardo. Campinas, *O Despontar da Modernidade*. Campinas, Área de Publicações CMU/UNICAMP, Campinas, 1996.

BENFATTI, Denio Munia. QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *Entre o Nó e a Rede, Dialéticas Espaciais Contemporâneas: O Caso da Metrópole de Campinas Diante da Megalópole do Sudeste*, Artigo apresentado no XII Encontro da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belém, Brasil, 2007.

BENFATTI, Denio Munia. SCHICCHI, Maria Cristina (orgs.) *Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*, PUCCAMP/PROURB, Campinas, 2004.

BICALHO, Marcos Pimentel. *Trilhos e Linhas: História do Transporte Coletivo em Campinas*, Campinas – Secretaria Municipal de Transportes, Emdec, 2004.

BITTENCOURT, Luiz Cláudio. *Riscando a Cidade*, Unicamp/CMU – Publicações, Editora Arte Escrita, Campinas, 2009.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*, Coleção ABC do Turismo, Editora Aleph, São Paulo, 2002.

CASSANIGA, Maria do Carmo. *Fotografias do Centro de Campinas: 1880 a 2002 – Seleção do acervo do Museu da Imagem e do Som de Campinas*, Campinas, SM CET – MIS, 2002.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*, tradução de Luciano Viera Machado – São Paulo, Editora UNESP, 2001.

CURY, Isabelle. *Cartas Patrimoniais*, 3ª edição, revista e aumentada, Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

FALCO, Alessandra de. *Imagens e Vivências – Livreto Comemorativo dos 100 Anos do Mercado*, Prefeitura Municipal de Campinas, 2008.

JEUDY, Henri Pierre. *O Espelho das Cidades*, Ed. Cada das Palavras, Rio de Janeiro, 2005.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: Os Cantos e os Antos: Campinas 1850-1900*, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-Usos e Espaço Público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 17, n. 49, São Paulo, 2002.

MARTINS, Valter. *História de compra e venda: mercados e abastecimento urbano em Campinas* (Monografia). São Paulo, USP, 2001.

MARTINS, Valter. *Tanguás: Simulacros da Liberdade nos Últimos Anos da Escravidão em Campinas*, Artigo apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História, ANPUH, 2007.

MENEGUELLO, Cristina. *O Coração da Cidade: Observações sobre a preservação dos Centros Históricos*, Artigo apresentado na Revista Iphan n°121.

MENEZES, Ulpiano B. de. *A cidade como bem cultural – Áreas Envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcances na preservação do patrimônio ambiental urbano*, In *PATRIMÔNIO: Atualizando o debate*, São Paulo, 9ª SR/IPHAN, 2006.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. *Ramos de Azevedo: Presença e atuação profissional – Campinas: 1879-1886 –* (Monografia), Campinas, PUCCAMP, 2000.

PAVIANI, Aldo. “Vazios” Urbanos: *Terral para Preservar ou para Especular?*, em *Minhas Cidades 253*, *Revista Vitruvius*, n°9 vol.9, Abril de 2009.

PLANO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ÁREA CENTRAL DE CAMPINAS
– Desenvolvimento Preliminar – Campinas: Prefeitura Municipal de
Campinas, Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio
Ambiente – DEPLAN – 2002.

RIBEIRO, Daisy Serra. *Patrimônio Cultural: Entenda e Preserve*, Edição Rev., CONDEPACC, Prefeitura Municipal de Campinas, Campinas, 2007.. Disponível em: www.campinas.sp.gov.br/cultura/patrimonio/publicacoes

SANTOS, Milton. *Espaço e Método. Coleção Espaços*, Editora Nobel, 4ª Edição, São Paulo, 1997.

SECCHI, Bernardo. *Primeira Lição do Urbanismo*, (trad. Marisa Barda e Pedro M. R. Sales) Editora Perspectiva, Série Debates, São Paulo, 2006.

SERPA, Ângelo. *Espaço Público e Acessibilidade: Notas sobre uma Abordagem Geográfica*, GEOUSP – Espaço e Tempo, N°15, São Paulo, 2004

VARGAS, Heliana Comin. CASTILHO, Ana Luisa Howard de. (orgs.) *Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, Estratégias e Resultados*, 2º edição ver. e atual, Editora Manole, Barueri, SP, 2009.

VÁZQUEZ, Carlos García. *Ciudad Hojaldres – Visiones Urbanas del Siglo XXI*, Ed. Gustavo Gilli, Barcelona.

Sites:

www.campinasvirtual.com.br

www.centrodememoria.unicamp.br

www.campinas.sp.gov.br/cultura/museus/mis/acervo

www.campinas.sp.gov.br/cultura/patrimonio/mercadomunicipal

www.pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com

www.icomos.org.br

www.revistaau.com.br

www.belem.pa.gov.br

www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo3.pdf

www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornal

www.belem.pa.gov.br